



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)
N.º 08/2010

Dispõe sobre a criação *ad referendum* do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica (*Campus* de Arraias)

O Magnífico Reitor da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e presidente do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), Professor Alan Barbiero, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar, *ad referendum* do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a criação do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica (*Campus* de Arraias).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Palmas, 23 de abril de 2010.

Prof. Alan Barbiero
Presidente

ep.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica (*Campus de Arraias*).

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

1.1. Nome do Curso

Especialização em Coordenação Pedagógica

1.2. Área do Conhecimento

Ciências Humanas

1.3. Nome do Órgão Responsável/Proponente

Secretaria de Educação Básica / MEC

Fundação Universidade Federal do Tocantins – CTE (*Centro de Tecnologias*)

1.4. Equipe de coordenação geral e pedagógica

Marilene Andrade Ferreira Borges

Magda Suely Pereira Costa

Valdirene Gomes dos Santos de Jesus

Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa Carrijo

José Lauro Martins

Raquel Aparecida Souza

Diógenes Alencar Bolwerk

1.5. Coordenadores do Curso

Coordenação geral

Nome: Raquel Aparecida Souza

Titulação: Pedagoga - Mestre em Educação

Correio eletrônico: raquelas@uft.edu.br

Telefone: (63) 3216-2546 e (63) 8424-9858

Vice-coordenação

Nome: Diógenes Alencar Bolwerk

Titulação: Mestre em Educação e Tecnologias Digitais

Correio eletrônico: diogenes.bolwerk@uft.edu.br

Telefone: (63) 9207-5677 (63) 3232-8208

2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

2.1. Periodicidade: demanda externa

2.2. Período de Realização

Tramitação do projeto na UFT: Outubro de 2009 a Abril de 2010

Início das atividades pedagógicas: Junho a Abril de 2010

Termino do curso: dezembro de 2011

2.3. Carga Horária: 405 horas

2.4. Nível: Pós-Graduação *Lato Sensu*

Titulação conferida: “Especialista em Coordenação Pedagógica”.

2.5. Modalidade do Curso: a distância com 6 encontros presenciais

2.6. Número de Vagas:

Alunos Regulares: 400 (200 vagas para as escolas do Município e 200 vagas para escolas do Estado)

Obs.: essa distribuição de vagas pode ser alterada em acordo com os parceiros.

2.7. Público Alvo e requisitos mínimos

A proposta de formação destina-se aos Coordenadores Pedagógicos da Rede Municipal e aos profissionais do suporte Pedagógico da Rede Estadual de Educação e/ou profissionais que exercem função equivalente e integram a equipe gestora da escola, podendo ser em número de até 2 profissionais de cada escola e considerando as prioridades estabelecidas no Ofício/GAB/DFIGE/MEC nº 91 de 27 de outubro de 2009:

1º) Escolas prioritárias – baixo IDEB;

2º) Municípios que demandaram esta formação no PAR;

3º) Municípios que elaboraram PAR, mas não apresentaram demanda para esta formação.

O candidato também deve necessariamente atender aos requisitos abaixo:

- Ter concluído curso de graduação em Pedagogia ou em outra licenciatura;
- Pertencer à rede pública municipal e/ou estadual de educação básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional;
- Ter acesso a internet banda larga;
- Ter disponibilidade para dedicar, no mínimo, 10 horas/semanais ao curso;
- Ter disponibilidade para participar dos encontros presenciais obrigatórios nos pólos de seu curso.
- Ter conhecimentos básicos de informática, isto é, ser capaz de pesquisar na web e digitar seus trabalhos sem dependência de terceiros.

Obs.: Caso a coordenação julgue pertinente, poderá incluir outros critérios no edital de seleção.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

Formar, em nível de pós-graduação *lato sensu*, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.

3.2. Objetivos específicos

· Promover a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática que favoreçam a formação cidadã do estudante;

· Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busque uma melhor compreensão da escola em suas determinações;

·Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar;

·Contribuir para a reflexão e a prática do coordenador pedagógico junto ao professor na realização do processo de ensino-aprendizagem;

·Possibilitar o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do projeto pedagógico, bem como da articulação, integração e organização das ações pedagógicas.

4. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A Universidade Federal do Tocantins (UFT), criada no ano de 2000, busca apoiar e promover ações de educação a distância (EaD) por meio do CNTE (Centro de Novas Tecnologias Educacionais) e em parceria com Instituições Federais de Ensino (IFEs), Instituições Estaduais, Municipais, com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e com a Secretaria de Educação Básica SEB/MEC.

A UFT acredita que, por meio das potencialidades da modalidade do ensino a distância, é possível proporcionar espaços de aprendizagens que ajudarão a romper com a “distância” social e principalmente cultural, que é uma dura realidade no estado do Tocantins.

Atualmente oferece o curso de Licenciatura em Biologia (LIC-BIO), em parceria com o Consórcio CEDERJ - Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, tendo sido aprovado pelo primeiro edital da UAB em 2005 e hoje é ofertado em quatro pólos do Tocantins localizados nas cidades de Araguaína, Arraias, Porto Nacional e Gurupi.

Outros cursos à distância também têm sido implantados na UFT, dentre eles destaca-se a oferta do curso “Mídias na Educação”, em parceria com o MEC/SEED. À segunda turma do ciclo básico foi ofertada com a utilização da plataforma e profinfo.

Com relação à pós-graduação, a UFT ofertou a primeira turma do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão Escolar em parceria com o Programa Nacional “Escola de Gestores” MEC/UFT. A oferta foi de 400 vagas para dirigentes municipais em 10 pólos no Tocantins. A metodologia utilizada para a realização do curso foram os encontros presenciais e o uso do ambiente virtual Moodle. Atualmente a UFT está oferecendo mais 400 novas vagas para a segunda versão do curso com o objetivo de atender profissionais da rede estadual e municipal.

Essas iniciativas demonstram o esforço que Universidade Federal do Tocantins vem desempenhando para a promoção de novos espaços de formação em atendimento à grande demanda no Tocantins. Acredita-se que a implementação de cursos mediados pelas tecnologias da informação e comunicação possibilita ampliar ações que permitam maior alcance das demandas formativas, que engloba professores, gestores e funcionários que atuam nas redes municipais e estaduais de ensino. Iniciativa que tem por objetivo utilizar estratégias de ensino a distância para aperfeiçoar conteúdos e práticas pedagógicas por meio dos debates, palestras, mini-cursos e disciplinas oferecidas entre as diferentes unidades da instituição. Dessa forma, diminuirá a distância entre os profissionais que necessitam de formação e a Universidade que a oferece.

A implementação do curso de especialização em Coordenação Pedagógica na modalidade a distância na UFT, soma-se aos objetivos de expansão de formação em nível de pós-graduação *lato sensu* e ainda, envolve diferentes segmentos educativos o que permite atingir um aspecto extremamente sensível na educação básica por atuar diretamente no aperfeiçoamento dos sistemas educacionais e na qualidade da educação. Diante disto, a UFT assegura a implementação da sua missão que é “Produzir e difundir conhecimentos para formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o desenvolvimento sustentável da Amazônia”.

Nesse sentido esse documento apresenta a proposta da Universidade Federal do Tocantins para a realização do curso de especialização em Coordenação Pedagógica, elaborada a partir das orientações do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, da Secretaria de Educação Básica. Trata-se de curso *lato sensu* voltado para a formação continuada e pós-graduada de profissionais que atuam em equipes de gestão pedagógica em escolas públicas de educação básica.

Esse curso insere-se num conjunto de políticas que vêm sendo implementadas pelo setor público, nas esferas federal, estadual e municipal, e que expressam o esforço dos governos e da sociedade em garantir o direito da população brasileira à educação escolar com qualidade social.

Relevante se torna evidenciar que vivenciamos nas últimas décadas mudanças importantes no campo educacional, principalmente em relação aos marcos legais, à sistemática de financiamento, ao processo de gestão dos sistemas de ensino e à ampliação do acesso à escola.

Nesse contexto, verifica-se que o direito à educação escolar se constitui com dimensão fundante da cidadania, reconhecido em diversos documentos e fóruns de caráter nacional e internacional. Esse direito, em âmbito nacional, está claramente definido e combinado com o artigo 205 da Constituição Federal de 1988 e nos artigos 4º e 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), e, em âmbito internacional, no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, no art. 13 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 e, mais recentemente, na Declaração Mundial sobre Educação para Todos, de Jomtien.

Todavia, pode-se afirmar que embora o direito à educação esteja assegurado em âmbito internacional e nacional, no Brasil, ainda não se alcançou o patamar desejado para a educação básica, sobretudo no que se refere ao acesso e à qualidade. Os indicadores educacionais evidenciam que a melhoria da qualidade da educação depende, de maneira integrada, tanto de fatores internos quanto de fatores externos que possam ter impacto no processo de ensino-aprendizagem. Faz-se, portanto, necessário a implementação e articulação de um conjunto de políticas públicas sociais e educativas que viabilizem melhores condições sociais e culturais e de exercício pleno da cidadania, o que inclui o direito a uma educação de qualidade.

A partir dessa compreensão, o Ministério da Educação (MEC) vem desenvolvendo programas, projetos e ações de apoio à gestão da educação básica com o propósito de fortalecer a escola pública brasileira, dentre os quais, o Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, coordenado, a partir de janeiro de 2006, pela Secretaria de Educação

Básica, que conta com a colaboração da Secretaria de Educação à Distância (SEED) e do Fundo de Fortalecimento da Escola – FUNDESCOLA\FNDE.

O Programa de Escola de Gestores compõe o Plano de Metas “Compromisso Todos pela Educação” e integra o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Surgiu com a necessidade de se construir um processo de formação de gestores escolares, que contemple a concepção do caráter público da educação na busca de sua qualidade social, baseada nos princípios da gestão democrática, olhando a escola na perspectiva da inclusão social e da emancipação humana.

O Programa tem por objetivo básico contribuir com a formação efetiva de gestores educacionais da escola pública, de modo que disponham de elementos teórico-práticos que viabilizem uma educação escolar básica com qualidade social. Por sua vez, o Programa articula-se com os Programas Conselhos Escolares, Pró-Conselho da CAFISE/DASE/SEB/MEC, dentre outros, implementados pelo Ministério da Educação.

As políticas voltadas para a articulação, desenvolvimento e fortalecimento dos sistemas de ensino e das escolas vêm sendo produzidas e implementadas com a participação de várias instituições, destacando-se a interlocução com entidades e organizações como ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação, FORUMDIR – Fórum Nacional dos Diretores das Faculdades/Centros de Educação das Universidades Públicas, UNDIME – União dos Dirigentes Municipais de Educação e CONSED – Conselho Nacional dos Secretários de Educação. Além disso, sustenta-se no princípio da descentralização e parceria na sua formulação e realização, considerando a realidade multifacetada que define a educação no país. Ressalte-se, ainda, como um dos pilares dessas políticas, a afirmação do princípio da gratuidade do ensino, também no âmbito da formação continuada dos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, entende-se, assim como afirmado pela SEB/MEC, que a proposta deste curso de formação continuada para Coordenadores Pedagógicos é de suma importância para o fortalecimento da educação inclusiva e da gestão democrática na educação pública, e, portanto, deve estar pautada no estudo de temas voltados para o debate da política educacional, da gestão democrática, da cultura e do currículo, dos processos de ensino-aprendizagem, dos processos comunicacionais, do planejamento e avaliação que se articulam na discussão sobre a Organização do Trabalho Pedagógico, o que se destaca como foco da intervenção do Coordenador Pedagógico enquanto integrante da equipe gestora da escola.

No Tocantins, assim como em todo o Brasil é elevado número de profissionais que exercem a função de Coordenadores Pedagógicos nas instituições públicas de educação básica, e, além disso, são variadas as dificuldades que muitos deles encontram na efetivação de sua formação continuada e pós-graduada, o que justifica essa proposta que será desenvolvida na modalidade do ensino a distância (EaD).

Portanto é fundamental ampliar as diferentes estratégias e modalidades de formação aos educadores que atuam em diferentes instâncias dentro das instituições escolares, tendo em vista as diversidades que constituem a realidade educacional de um país continental. A Educação a Distância (EaD) se apresenta como uma modalidade de educação que, no âmbito de uma política global pode articular formação inicial e continuada, contribuindo

substantivamente para mudar o quadro de formação e qualificação dos profissionais da educação, e, em especial nas regiões onde a oferta de alternativas de formação se apresenta ainda insuficiente.

Assim, o Curso de Especialização em *Coordenação Pedagógica* mediado pelas tecnologias de comunicação baseadas na internet, ora proposto, está integrado num conjunto de ações formativas que pretende democratizar ainda mais o acesso a novos espaços formativos com vistas ao fortalecimento da escola pública.

Essa modalidade de educação, quando referenciada em projetos pedagógicos consistentes, possibilitam, dentre outras características, maior flexibilidade na organização e desenvolvimento dos estudos. Constitui ainda maior fortalecimento da autonomia intelectual no processo formativo; acesso às novas tecnologias da informação e comunicação; interiorização dos processos formativos garantindo o acesso daqueles que atuam em escolas distantes dos grandes centros urbanos. Representa uma redução dos custos de formação a médio e longo prazo nas situações em que se verifique a impossibilidade de oferta de cursos presenciais de qualidade; economia de instalação ou ampliação de infra-estrutura adequada nas universidades públicas. Contribui para a intensificação dos processos de formação de profissionais para atuarem com a EaD e sua institucionalização no tocante à formação continuada.

5. PRINCÍPIO NORTEADOR DO CURSO

Parte-se do princípio geral de que a gestão democrática das unidades escolares constitui uma das dimensões que pode contribuir significativamente para viabilizar o direito à educação como um direito universal. Este é o princípio norteador das atividades formativas que se pretende desenvolver no curso ora proposto.

A gestão democrática da escola e dos sistemas é um dos princípios constitucionais do ensino público segundo o art. 206 da Constituição Federal de 1988. O pleno desenvolvimento da pessoa, marca da educação como dever de Estado e direito do cidadão, conforme o art. 205 da mesma Constituição ficaria incompleto se tal princípio não se efetivasse na concretude das práticas escolares.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), confirmando esse princípio no seu art. 3º e reconhecendo o princípio federativo, repassou aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino, de acordo com o art. 3º - inciso VIII.

A forma como se efetiva tal princípio nessa Lei está diretamente posta no artigo 14. Mas, compreendendo a amplitude e complexidade do sistema educacional, o legislador contemplou dois princípios que deverão ter caráter nacional e não poderão deixar de constar das normas estaduais e municipais sobre a matéria. Tais princípios que constam dos incisos I e II do art. 14, dizem respeito respectivamente a “*I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes*”.

O Plano Nacional de Educação/PNE, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09.01.2001, destaca, dentre suas diretrizes, “[...] uma gestão democrática e participativa, especialmente no nível das escolas [...]”. Consoante essa diretriz, o referido Plano fixa, como uma de suas metas para a gestão: “*Estabelecer, em todos os estados, com a colaboração dos municípios e das*

universidades, programas de curta duração de formação de diretores de escolas, exigindo-se, em cinco anos, para o exercício da função, pelo menos essa formação mínima”. (grifos nossos)

Assim, a gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares, constitui-se na forma com que a comunidade educacional se organiza, coletivamente, para levar a termo um projeto político pedagógico de qualidade, ao mesmo tempo em que contribui na formação de cidadãos críticos e comprometidos com a transformação social.

Se a fonte maior de nosso ordenamento jurídico situou a gestão democrática como princípio e se as leis infra-constitucionais a reforçam, não seria lógico que tal exigência, nascida do direito de uma nova cultura política de cidadania, se fizesse ausente nas mediações dos sistemas públicos de ensino.

Em função disso, há que se levar em conta a necessidade da mudança de concepção de escola e as implicações que tal enfoque acarreta em relação à gestão da instituição de ensino. Nesse sentido, o curso de especialização, ora proposto, busca ampliar a reflexão de conceitos e práticas fundamentais sobre o trabalho do coordenador pedagógico para a gestão escolar democrática, o que certamente inclui o enfrentamento de questões presentes na gestão do cotidiano das escolas públicas na organização do trabalho educativo, e exclusivamente no que refere aos aspectos de inclusão e a permanência do aluno, a diversidade social, étnica, religiosa e cultural, além de possibilitar espaços orientadores para a prática de projetos pedagógicos que visem a democratização da educação e da escola e ao mesmo tempo, o respeito ao direito de aprender.

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica na perspectiva da gestão democrática da educação orienta-se, pois, pela afirmação do direito à educação escolar básica com qualidade social. Assim, os componentes curriculares e a abordagem teórico-metodológica deverão considerar a produção acadêmica de ponta da área bem como os fatores externos e internos associados à gestão da escola.

6. METAS

A meta da UFT para o presente projeto é de formar em nível de *lato sensu* 400 coordenadores pedagógicos e/ou profissionais que atuam em funções equivalentes de escolas municipais até abril de 2011, considerando um percentual de evasão razoável de até 20% dos alunos matriculados.

Assim, o curso oferecerá 10 turmas distribuídas pelo número de pólos que poderão ser os sugeridos a seguir, ou mesmo pela confirmação dos pólos pelas demandas e prioridades. Os pólos poderão utilizar o espaço físico dos campi da UFT, ou pólos da UAB no Tocantins, ou ainda, dependências cedidas pela Seduc ou Undime. A distribuição dos pólos poderá ficar organizada como o quadro a seguir:

Pólos	Turmas	Alunos
Araguaína	2	80
Arraias	1	40
Gurupi	1	40

Miracema	1	40
Palmas	3	120
Porto Nacional	1	40
Tocantinópolis	1	40
total	10	400

Obs.: Poderá ocorrer mudanças de localidade ou mesmo inclusão de outros pólos a partir da demanda atendendo aos pré-requisitos apontados pelo MEC.

7. DURAÇÃO DO CURSO

O Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica terá 405 horas/aulas, com início do processo de tramitação do projeto na UFT previstos para dezembro de 2009, início das atividades pedagógicas em junho de 2010 e término em junho de 2011.

As datas e prazos para divulgação, inscrição, matrícula e início do curso serão definidas em edital.

8. CONCEPÇÃO DE FORMAÇÃO

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica insere-se no desenvolvimento de uma política pública de educação continuada de educadores, que envolve ações cooperativas para responder à necessidade de aprofundamento da compreensão dos processos da gestão democrática educacional. O Programa parte do entendimento de que a educação continuada é um dos direitos dos profissionais da educação. É dever das instituições formadoras criar as condições para sua operacionalização, associada ao exercício profissional na escola, possibilitando atualização, aprofundamento, complementação e ampliação de conhecimentos. Pretende-se, portanto, um programa de interface com o profissional em exercício, no sentido de tratar os aspectos teóricos em articulação com seus problemas concretos, valorizando a produção de saberes construídos no próprio trabalho, e ampliando o conhecimento no campo da gestão da educação.

Cabe ao currículo do curso, portanto, propiciar a ambiência adequada ao aprofundamento da reflexão e da crítica, oferecendo perspectivas de análise para que os gestores escolares ampliem a compreensão dos contextos históricos, sociais, culturais, organizacionais e de si próprios como profissionais.

Conforme se pode inferir dos objetivos do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica e dos pressupostos da respectiva estratégia, esta proposta de curso está sustentada, teórica e metodologicamente, em uma concepção de educação como processo construtivo e permanente, implicando no (a):

- a) Reconhecimento da especificidade do trabalho pedagógico docente, que conduz à articulação necessária entre a teoria e a prática e à exigência de que se leve em conta a realidade da escola, da sala de aula e da profissão docente, ou seja, das condições materiais e institucionais em que atua o gestor escolar.

- b) Organização do currículo em blocos temáticos, articulados por eixos norteadores, de modo que os conteúdos historicizados, das áreas temáticas não se esgotem na carga horária atribuída a cada uma.
- c) Metodologia que contempla a criatividade, a investigação e a resolução de problemas, permitindo que a aprendizagem se desenvolva no contexto da prática profissional do cursista.
- d) Integração e interdisciplinaridade curriculares, dando significado e relevância aos conteúdos.

E Favorecimento à construção do conhecimento pelo cursista, valorizando sua vivência investigativa e o aperfeiçoamento da prática.

9. PERFIL DO PROFISSIONAL QUE SE DESEJA FORMAR

O professor-coordenador, em processo de formação no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica deverá ampliar suas capacidades para:

- Aprofundar a compreensão da educação escolar como direito social básico e como instrumento de emancipação humana no contexto de uma sociedade com justiça social.
- Atuar na coordenação pedagógica da educação e da escola visando à efetivação do direito à educação básica com qualidade social, por meio de práticas caracterizadas pela transparência, pelo trabalho coletivo, pela participação da comunidade nas decisões e pela postura ética, crítica e criativa.
- Participar da realização e fortalecimento da gestão democrática do ensino como princípio legal e formativo fundamental sustentada em práticas e processos que conduzam ao trabalho coletivo e à participação nos processos decisório da educação e da escola.
- Dominar e participar de mecanismos e estratégias que favoreçam a realização da gestão democrática, em especial dos órgãos colegiados, dentre estes o Conselho Escolar, em função do Projeto Político-Pedagógico.
- Participar ativamente nos processos de elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola.
- Desenvolver, incentivar e consolidar, no âmbito da educação e da escola, processos de trabalho e relações sócio-educativas que favoreçam o trabalho coletivo, o compartilhamento do poder, o exercício da pedagogia do diálogo, o respeito à diversidade e às diferenças, a liberdade de expressão, a construção de projetos educativos e a melhoria dos níveis de aprendizagem nos processos de ensino.
- Contribuir para ampliar a realidade educacional e a gestão da educação e da escola como dimensão dos processos socioculturais, políticos e econômicos que engendram a educação brasileira.
- Atuar de forma consciente com vistas ao fortalecimento dos processos de descentralização na educação e na escola, da autonomia da escola e do financiamento público da educação.
- Participar da formulação e implementação de políticas no campo educacional de modo a consolidar a realização do direito à Educação Básica, a gestão democrática do ensino, a autonomia da escola e o trabalho coletivo e participativo.
- Compreender a educação em todas suas dimensões e formas de manifestações humanas e que se desenvolvem a partir de ações educativas que visam a formação de sujeitos éticos, participativos, críticos e criativos.

- Dominar e utilizar mídias diversificadas no campo da organização do trabalho pedagógico nos sistemas e unidades de ensino, como importantes ferramentas para realização da gestão democrática da educação.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO

O curso é dirigido aos professores - coordenadores das escolas públicas de educação básica e a sua proposta pedagógica, assentada na relação teoria-prática, expressa numa concepção de formação humana e de gestão educacional dentro dos marcos da democracia e da cidadania. Busca favorecer melhorias e incentivar inovações na prática cotidiana da coordenação pedagógica que concorram para a elevação qualitativa do padrão de escolaridade da educação básica.

A formação com qualidade dos coordenadores pedagógicos, em nível de pós-graduação *lato sensu*, requer que esses profissionais sejam capazes de promover uma reflexão de suas práticas e o aprofundamento teórico que favoreça essa compreensão e melhore suas ações cotidianas nas escolas públicas. Isso requer dos coordenadores pedagógicos a compreensão sobre sua função e reconhecimento da importância do seu papel para o desenvolvimento da educação e da escola, bem como a percepção sobre as dificuldades e alternativas possíveis na práxis escolar.

Assim, pretende-se, também, que os processos formativos impliquem na apropriação de meios, mecanismos e instrumentos que permitam intervenções mais satisfatórias, do ponto de vista pedagógico, no dia-a-dia escolar, a partir da compreensão dos condicionantes sócio-políticos e econômicos que permeiam a organização e o trabalho escolar.

Com esse entendimento, o currículo do curso será estruturado em torno do eixo Organização do Trabalho Pedagógico. Essa opção por essa denominação para o eixo integrador do curso justifica-se, conforme se destaca no Projeto Pedagógico do Curso pelo fato de que ela sintetiza a dupla abrangência da função de Coordenação Pedagógica numa instituição educacional: o âmbito da escola compreendida como local social de formação crítica e cidadã e o âmbito da sala de aula, espaço em que a prática educativa acontece de forma planejada e intencional.

Situar o Trabalho Pedagógico no eixo estruturante do currículo deste curso significa concebê-lo, não apenas como o domínio sobre o qual incidirão os estudos e reflexões propostas, mas também como uma indicação do caminho a seguir neste processo de formação. Trata-se de promover a reflexão sobre os diferentes âmbitos de atuação do Coordenador Pedagógico, dando realce àquilo que nos espaços educativos se constituem como ferramentas para sua intervenção. Trata-se, pois, de valorizar a teoria e a prática educativas, interligando-as no decorrer do processo de formação de modo a promover uma reflexão problematizadora da realidade escolar. Em outras palavras, a articulação teoria-prática buscará promover a análise fundamentada e crítica de questões do cotidiano escolar que configurem e, ao mesmo tempo, promovam transformações no trabalho da coordenação pedagógica, fortalecendo-o no interior da escola. (PPC/MEC, 2009, p. 11)

Dessa forma a matriz curricular do curso organizada a partir de temáticas que se relacionam aos dois níveis abrangentes do trabalho do coordenador e considerando o eixo central, que é o Trabalho Pedagógico, será estruturada em 8 (oito) *Salas Ambientais*, mais uma sala de Introdução Ambiente Virtual MOODLE em que serão desenvolvidas atividades de

ambientação dos professores-coordenadores em relação às ferramentas tecnológicas que serão utilizadas durante o curso e forneça uma visão geral do curso, além do Trabalho de Conclusão do Curso – TCC.

A estrutura curricular do curso é organizada em salas ambientes, nas quais os professores e os cursistas poderão desenvolver múltiplos e simultâneos processos de interação. Essa estrutura propiciará o aprofundamento de temáticas relevantes para a compreensão cada vez mais ampliada dos fundamentos teóricos sobre a atuação dos coordenadores pedagógicos, dos fatores e condicionantes que interferem na prática da organização e trabalho pedagógico nas instituições educacionais, bem como, oferecerá oportunidades para o conhecimento/domínio de processos, procedimentos e ferramentas tecnológicas que podem ampliar e tornar mais efetiva a ação dos coordenadores pedagógicos no cotidiano escolar.

A concepção do curso em salas ambientes possibilita oferecer o curso com as atividades curriculares distribuídas em rede ao longo do curso sem a necessidade da estratégia tradicional de oferta em disciplinas ou módulos. Dessa forma, todas as salas ambientes estarão abertas durante o curso, mas as atividades nas salas serão descontinuadas conforme a organização que as exigirem.

11. SALAS AMBIENTES

- 1) Sala Introdução ao Moodle – (15horas)
- 2) Sala Ambiente – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas).
- 3) Sala Ambiente – Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas).
- 4) Sala Ambiente - Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas).
- 5) Sala Ambiente - Avaliação Escolar. (45 horas).
- 6) Sala Ambiente - Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas).
- 7) Sala Ambiente - Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas).
- 8) Sala Ambiente - Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas).
- 9) Sala Ambiente - Tópico Especial. (45 horas).
- Trabalho de Conclusão de Curso. (45 horas).

OBS.: Vide Ementas das Disciplinas no Anexo 1

12. TRABALHO FINAL DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

Os cursistas produzirão como Trabalho de Conclusão de Curso um artigo científico, com base em um trabalho desenvolvido por meio da metodologia da pesquisa-ação. O mesmo deve representar a síntese e reflexão fundamentada no amadurecimento das reflexões resultantes das salas ambientes: Currículo; Cultura e Conhecimentos Escolar; Avaliação Escolar; Aprendizagem e Trabalho Pedagógico; Práticas e Espaços de Comunicação na Escola; Tópico Especial e Políticas e Gestão Pedagógica.

O trabalho final poderá ser realizado no conjunto de até 2 (dois) cursistas vinculados na mesma unidade escolar de atuação, sendo que a apresentação pública do trabalho final poderá ser individualmente e em conformidade com as normas de *latu senso* da UFT. Essa atividade estará vinculada às 6 (seis) Salas Ambientes discriminadas acima e contará com a orientação do professor de turma, acompanhado pelo professor regente para direcionar o trabalho de cada aluno considerando os referenciais teóricos nessas salas e seu projeto de intervenção desenvolvido na escola em que atua.

Os alunos poderão reestruturar os projetos apresentados na etapa de inscrição no curso ou então, poderão elaborar nova proposta de intervenção, desde que atenda as orientações para a metodologia da pesquisa-ação.

Todos os trabalhos, artigos do TCC, provenientes da aplicação de um projeto de intervenção, deverão se submeter à apresentação pública no Seminário de Coordenação Pedagógica ao final do curso. Os melhores artigos poderão ser indicados para apresentação em eventos científicos da área da educação e para publicação em revistas e periódicos ou livros na área.

OBS: Vide Anexo 2 - Documento que regulamenta o TCC no curso

13. EQUIPE ENVOLVIDA

A dinâmica do envolvimento dos profissionais no curso se organizará conforme ilustra a figura abaixo: Coordenação Geral: coordenador e vice, Coordenação pedagógica composto por professores regentes, professores de turma, Coordenação de assistência e assistentes de turma

Função	Qtde	Perfil do Profissional	Papel do Profissional no Curso
Coordenador	1	<ul style="list-style-type: none"> - Ser Professor efetivo da UFT; - Possuir titulação mínima de mestrado em educação ou áreas afins ao curso e experiência em EaD. 	<p>EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENADOR COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articular a relação permanente SEB/MEC/ UFT; - Orientar os agentes pedagógicos, técnicos e administrativos; - Orientar a gestão administrativa do curso; - Coordenar ações pedagógicas, - Acompanhar as ações de suporte tecnológico; - Coordenar e acompanhar o processo de formação dos agentes do curso; - Articular os processos de acompanhamento e avaliação; - Acompanhar e Promover a prestação de contas; - Articular e negociar formas de colaboração com as instituições estaduais/municipais parceiras (UNDIME, SEDUC, secretarias estaduais e municipais de educação e demais); - Participar do processo de avaliação geral do curso; - Produzir artigos para periódicos ou livros - Participar de eventos científicos com apresentação de trabalho na área da EAD - Apresentar relatórios semestrais
Vice-Coordenador	1	<ul style="list-style-type: none"> - Ser professor ou técnico de nível superior da UFT - Possuir titulação mínima de mestrado em educação ou áreas afins ao curso e 	<p>EXERCER A FUNÇÃO DE VICE-COORDENADOR DO CURSO COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Articular-se com a Coordenação Geral do Curso;

		<p>experiência em EaD.</p> <p>- Ter habilidade com administração de pessoal e financeiro.</p>	<p>- Organizar e Promover a formação dos agentes do curso;</p> <p>- Articular-se com os coordenadores pedagógicos de turmas;</p> <p>- Participar do processo de acompanhamento e avaliação;</p> <p>- Acompanhar a logística dos encontros presenciais;</p> <p>- Participar do processo de avaliação geral do curso;</p> <p>- Organizar e estabelecer diretrizes de planejamento para execução financeira do curso (pagamentos de bolsas, diárias, transportes, logística dos encontros presenciais, material de consumo...)</p> <p>- Preparar e co-responsabilizar-se pela prestação de contas;</p> <p>- Participar do processo de acompanhamento e avaliação;</p> <p>- Promover o processo de certificação dos alunos, organizando toda a documentação desde a matrícula dos alunos no curso</p> <p>- Apresentar relatórios considerando as demandas administrativas e financeiras da universidade;</p>
Professor Avaliador	1	<p>- Ser Pedagogo ou Licenciado</p> <p>- Possuir titulação mínima em educação</p> <p>- Possuir experiência nas áreas de educação, avaliação em EAD e gestão de cursos <i>on-line</i>,</p>	<p>DESENVOLVER E ACOMPANHAR PROJETO DE AVALIAÇÃO COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <p>- Propor projeto de avaliação do curso</p> <p>- Desenvolver o projeto de avaliação com a parceria da equipe do curso</p> <p>- Promover espaços de debate e formação sobre os papeis e funções enquanto pesquisadores no curso</p> <p>- Conduzir grupo de estudo/pesquisa em EAD</p> <p>- Orientar e Conduzir as equipes na participação em eventos científicos</p> <p>- Solicitar em tempo os documentos de registros para avaliação (planilhas, quadros, sínteses....) dos professores do curso</p>
Professor Regente	5	<p>- Ser Pedagogo ou Licenciado e ter titulação mínima de mestre</p> <p>- Possuir experiência em cursos a distância e/ou ter habilidade e disposição para trabalhar com ambiente virtual;</p> <p>- Ter interesse por estudos sobre a docência em ambiente virtual;</p> <p>- Disposição para viagens nos encontros presenciais</p>	<p>PARTICIPAR DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E RESPONSABILIZAR-SE PELA GESTÃO DE DUAS TURMAS DO CURSO COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <p>- Professor Assíncrono, sem horário pré-estabelecido para atendimento virtual</p> <p>- Orientar as ações dos professores de turma (atividades de caráter pedagógico e administrativo);</p> <p>- Promover o processo de acompanhamento das turmas de sua responsabilidade;</p> <p>- Criar mecanismos, juntamente com sua equipe de trabalho, que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação do projeto do curso;</p> <p>- Participar do processo de avaliação geral do curso;</p> <p>- Produzir artigos para periódicos ou livros;</p> <p>- Participar de eventos científicos com apresentação de trabalho na área</p>

			<p>da EAD;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ter disposição para se dedicar às ações do curso; - Participar das reuniões de planejamento da coordenação, seja reuniões virtuais ou presenciais em Palmas e pólos do curso; - Analisar relatórios de sua equipe de trabalho; - Apresentar relatórios trimestrais de acompanhamento das turmas. - Entregar em dia todos os documentos exigidos pelo projeto de avaliação e outros exigidos. - Registrar o planejamento com a equipe e toda orientação e conversas no ambiente do curso
Professor de turma	10	<p>Ser Preferencialmente Pedagogo, mestre em educação, especialista em educação, ou licenciado com mestrado em educação.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Possuir titulação de mestre em educação e ou especialista em educação. - Possuir a titulação de mestre em áreas afins com experiência na docência em cursos de Pedagogia - Possuir experiência na educação básica e de preferência coordenação pedagógica - Possuir experiência em cursos a distância e/ou ter habilidade e disposição para trabalhar em ambiente virtual; - Ter interesse por estudos sobre a docência em ambiente virtual e EAD; - Disposição para viagens nos encontros presenciais <p>Obs.: o currículo dos professores serão analisados pela coordenação pedagógica para atendam as especificidades e exigências do curso e ao máximo aos critérios.</p>	<p>EXERCER A FUNÇÃO DE PROFESSOR DE TURMA NO CURSO COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Professor Síncrono: com horário pré- estabelecido de 2h/diárias para atendimento virtual - Promover o acompanhamento, avaliação e documentação de todo o processo pedagógico das salas ambiente de sua turma, articulado com o professor regente; - Orientar, acompanhar e avaliar o trabalho de 40 alunos desde a sala introdutória MOODLE, projeto de intervenção e defesa do relatório final (TCC) – artigo científico; - Desenvolver a gestão acadêmica da turma sob sua responsabilidade e obter o aval do professor regente sob as ações desenvolvidas em sua turma; - Desenvolver mecanismos, juntamente com sua equipe de trabalho, que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação do projeto do curso; - Dar feedback aos questionamentos tanto de alunos quanto da coordenação em no máximo de 24h; - Participar do processo de avaliação geral do curso; - Ter disposição de 20h semanais para se dedicar às ações do curso; - Participar das reuniões de planejamento da coordenação, seja reuniões virtuais ou presenciais; - Produzir relatório mensal das atividades de sua turma; - Registrar todo planejamento, orientação e conversas no ambiente do curso
Apoio técnico e administrativo	4	<ul style="list-style-type: none"> - Alunos de graduação ou técnicos administrativo com conhecimentos técnicos em informática e Ambiente AVA/MOODLE - Preferencialmente que tenha domínio nas ferramentas do Moodle 	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar o projeto do curso em relação ao uso dos recursos tecnológicos; - Promover o atendimento via web aos professores, cursistas e gestores; - Registrar e elencar as atividades realizadas e a realizar; - Dar feedback às solicitações em no máximo de 24h; - Oferecer apoio técnico aos encontros presenciais e virtuais à equipe do

			<p>curso.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover o suporte de secretariado acadêmico dando apoio à coordenação do curso e ao atendimento dos alunos em todos os pólos - Articular-se com os professores regentes e coordenadores de assistências para organização logística sobre os encontros presenciais - Organizar a vida acadêmica, documentação, declarações e certificação dos cursistas
--	--	--	---

É importante ressaltar a especificidade desse curso de atender à demanda de formação de coordenadores pedagógicos no Estado do Tocantins o qual está articulado à elaboração das metas do PAR pelos municípios. Assim, foi encaminhando em abril de 2009 o projeto geral do curso pelo MEC para que as Universidades Federais que tivessem o interesse fizessem a proposta de oferta do curso, e nesse sentido, a UFT se organizou por meio de representantes do CTE para apresentar o Plano de trabalho e projeto para o Tocantins documentos que foram aprovados pelo MEC em Outubro de 2009, e disponibilizado o recurso para a execução desde novembro de 2009 para a UFT.

Considerando essa especificidade, a equipe coordenadora do curso propôs uma organização interna para seleção dos profissionais que atuariam no curso. Essa organização contou com a experiência anterior em 2 ofertas do curso de pós-graduação em Gestão Escolar pelo mesmo Programa Nacional Escola de Gestores, que foi a análise de currículo e do perfil dos professores de turma e dos professores regentes que nesse caso, compõem a coordenação pedagógica e são os proponentes desse curso. Também foi considerado além desses elementos, a parceria com professores da rede estadual e municipal que são parceiros no curso.

Dessa forma, a equipe foi estruturada desde outubro de 2009 e vem trabalhando na organização e elaboração de todo o curso, bem como, vem participando da etapa de formação e capacitação por meio da plataforma Moodle, web conferencias e encontros presenciais, contabilizando uma participação de 7 meses de atuação no curso sem nenhuma remuneração, considerando que o curso ainda não iniciou suas atividades pedagógicas.

14.1 Coordenação Pedagógica, formação e vinculação institucional

Nome	Formação e Titulação	Vinculação Institucional
Marilene Andrade Ferreira Borges	Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação e Doutora em Educação/Currículo.	Professora Adjunta da UFT, Campus de Arraias
Magda Suely Pereira Costa	Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação e Doutora em Sociologia-Sociedade e Transformação.	Professora Adjunta da UFT, Campus de Arraias
Valdirene Gomes dos Santos de Jesus	Graduada em História e Mestre em Educação	Professora Assistente da UFT, Campus de Arraias
Menissa Cícera Fernandes de Oliveira Bessa Carrijo	Graduada em Pedagogia e Mestre em Educação	Professora Assistente da UFT, Campus de Palmas
José Lauro Martins	Graduado em Filosofia e	Professor Assistente da

	Mestre em Educação	UFT, Campus de Palmas
Raquel Aparecida Souza	Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação.	Professora Assistente da UFT, Campus de Miracema

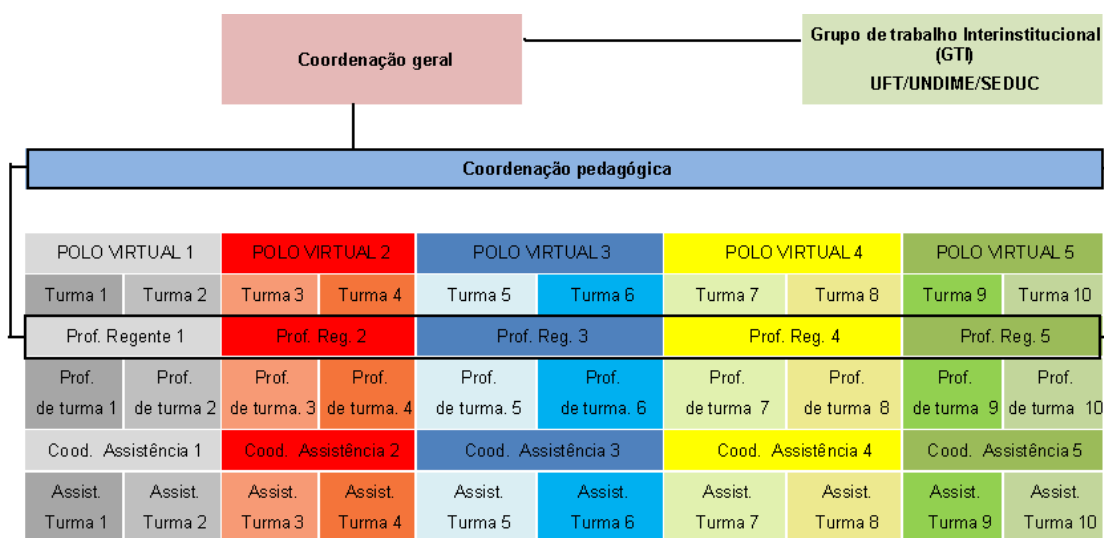
Equipe envolvida UNDIME e SEDUC

Função	Qtde	Perfil do Profissional	Papel do Profissional no Curso
Coordenador de Assistência ¹ (representante das redes municipais e estaduais)	5	<ul style="list-style-type: none"> - Possuir titulação mínima de especialista; - Possuir experiência na área de educação, preferencialmente no campo da coordenação pedagógica; - Possuir experiência e/ou ter disposição para atuar em cursos a distância com suporte em tecnologia digital. - Disponibilidade para viagens para os encontros presenciais 	<p>EXERCER A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA DO CURSO COM AS SEGUINTE ATRIBUIÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Participar da organização e seleção dos assistentes de turmas; - Participar da coordenação bem como das reuniões pedagógica e administrativa do curso; <ul style="list-style-type: none"> - Contribuir com a formação continuada dos assistentes de turma de seus pólos; - Participar do processo de acompanhamento e avaliação geral do Curso; <ul style="list-style-type: none"> - Coordenar o atendimento continuado dos assistentes aos cursistas, esclarecendo dúvidas e questionamentos; - Coordenar as ações dos assistentes nos momentos presenciais organizados de acordo com a programação do Curso; - Buscar e organizar junto aos órgãos municipais e estaduais auxílio financeiro para deslocamento dos cursistas para os pólos presenciais nos encontros previstos; - Articular-se com a coordenação Geral e com o professor de turma em cada uma das duas turmas do curso; - Ser responsável pela condução e debates nos fóruns temáticos das salas; - Auxiliar os professores de turma na correção e feedback das atividades dos cursistas - Marcar encontros virtuais com grupos de alunos em chats; - Responsabilizar-se pela prestação de contas de relatórios e instrumentos de avaliação articulando com os assistentes de turma
Assistente de Turma	20	<ul style="list-style-type: none"> - Ser Pedagogo ou Licenciado - Possuir titulação mínima de especialista; - Possuir experiência na área de educação, preferencialmente no campo da coordenação pedagógica; - Possuir experiência em cursos a distância e/ou ter habilidade e 	<ul style="list-style-type: none"> - Articular-se com o professor regente; - Auxiliar os professores na gestão acadêmica e administrativa da turma, oferecendo assistência aos cursistas; - Promover e acompanhar junto aos professores regentes os momentos presenciais; - Prestar assistência aos cursistas, no atendimento continuado a distância, presencial realizado nos pólos locais e por telefone, quando necessário;

¹ Coordenador de Assistência é o profissional da rede municipal ou estadual que se articulará com o trabalho do professor regente sendo responsável por ações pedagógicas e administrativas em duas turmas do curso, o que se constituirá em um pólo virtual.

Função	Qtde	Perfil do Profissional	Papel do Profissional no Curso
		disposição para trabalhar em ambiente virtual;	<ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar o progresso dos alunos nas atividades e leitura do conteúdo nas salas; - Cumprir os mecanismos, juntamente com sua equipe de trabalho, que assegurem o cumprimento do cronograma de implementação do projeto do curso; - Preencher e apresentar aos professores os instrumentos de avaliação e relatórios do curso - Articular-se com o plano de trabalho do professor de turma e o regente para acompanhar cada cursista individualmente e criar mecanismos para reter a evasão no curso - Participar das discussões nos fóruns de discussões temáticas e fóruns gerais da turma

Considerando as características, as estratégias e os profissionais envolvidos no curso a distribuição dos agentes seguirá o seguinte organograma:



15. Avaliação da aprendizagem

Considerando os pressupostos, os objetivos, a natureza e a dinamicidade da proposta pedagógica do Curso, as atividades desenvolvidas pelos cursistas serão acompanhadas e avaliadas de modo contínuo pelos professores de turma e pelos coordenadores de turma. Essa equipe manter-se-á em constante interação visando a troca de informações, a apreciação conjunta das dificuldades e à busca de soluções relacionadas às dificuldades de cada componente curricular.

De um modo geral, a avaliação dará ênfase ao processo de aprendizagem, assumindo a ótica da investigação. Neste sentido, a avaliação desenvolver-se-á de forma compartilhada entre todos os agentes do processo procurando compreender a construção do conhecimento na prática docente.

O eixo orientador do processo avaliativo será a aprendizagem, portanto não terá como base a aprovação ou reprovação. Esta forma de avaliação pauta-se no princípio da avaliação continuada, utilizando as interfaces de atividades disponibilizadas para o ambiente virtual.

O professor de turma será o responsável direto pelo processo de aprendizagem dos cursistas das turmas de sua responsabilidade e atuará como mediador do processo de ensino e aprendizagem, validando as atividades desenvolvidas pelos cursistas que atenderem satisfatoriamente os objetivos propostos.

Devido à natureza interativa desse processo, o diálogo constituirá base principal da avaliação, cabendo aos professores de turma, professores regentes e assistentes a iniciativa de proporcionar no ambiente do curso os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento dessa prática pedagógica, respeitando e estimulando o cursista - parceiro ativo nessa interação.

A qualificação dos trabalhos identificados para a composição da nota final deverá atender o nível satisfatório de conhecimentos demonstrados por meio do uso correto dos conceitos, dos termos técnicos e da estruturação do trabalho acadêmico. A nota média final mínima para a aprovação será de 7,0 (sete) em cada sala ambiente. Nas qualificações intermediárias, quando o cursista não atingir um nível satisfatório na atividade e quando a nota a ser atribuída for igual ou inferior a 6,0 (seis), o professor deve mencionar a nota e indicar de forma clara e precisa os pontos frágeis do trabalho para a revisão. O professor deverá aguardar por, pelo menos, 7 (sete) dias consecutivos a contar da data da mensagem ao cursista, caso não seja postada a atividade revisada a nota será mantida.

16. DA AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação do curso se dará a partir de uma proposta que concebe a avaliação de aprendizagem do aluno de forma contínua, processual e que considera a participação do cursista ao longo do curso, das suas atividades, suas produções individuais e grupais, utilizando as interfaces de atividades do ambiente virtual Moodle e avaliação presencial.

É um processo de avaliação que caminha em direção a análise e orientação dos processos construtivos de aprendizagens. Utiliza as TICs - Tecnologias de Informação e Comunicação - como aliadas e através delas é possível o registro e recuperação das informações veiculadas, permitindo acompanhar o desenvolvimento do aluno durante a realização das atividades e orientá-lo tendo em vista suas dificuldades, questionamentos e conflitos.

O diálogo constituirá o alicerce da avaliação, cabendo aos professores a iniciativa de proporcionar aos cursistas os incentivos e estímulos necessários para a efetivação dessa prática pedagógica.

É importante que o professor considere como avaliação toda a trajetória do aluno ao longo do curso, avaliando continuamente, procurando orientá-lo para os ajustes nas atividades, caso necessário.

A avaliação ocorrerá em nove (9) momentos distintos, ou seja, ao final de cada uma das 8 Salas Ambientes de conteúdos teóricos, por meio da elaboração de Memorial Reflexivo e uma ao final, quando do fechamento com a apresentação pública do TCC - Trabalho de Conclusão de Curso - o cursista deverá elaborar a Síntese dos Memoriais e entregá-lo juntamente com o TCC.

Neste curso, a avaliação do cursista será feita durante o desenvolvimento das atividades previstas nas nove salas, considerando-se a participação do aluno, suas produções individuais e grupais, incluindo o TCC. Assim, o cursista será avaliado de acordo com as atividades e respectivos critérios qualitativos, devendo alcançar o aproveitamento mínimo de 70% para aprovação.

O Curso terá um projeto de avaliação que se constituirá como objeto de estudo e pesquisa. O mesmo se encontra em processo de discussão pela equipe e ao ser finalizado também será cadastrado como projeto de pesquisa do curso para a vinculação de produções e pesquisa dos agentes envolvidos.

17. Operacionalização do curso

O curso será realizado na modalidade à distância e utilizando o ambiente virtual de aprendizagem MOODLE, disponibilizado a partir do servidor do MEC e gerenciado por um servidor UFT/DTI. Também é previsto ao longo do curso 6 encontros presenciais nos pólos de cada turma ofertada.

O MEC, por meio da Secretaria de Educação Básica, é responsável pelos conteúdos teóricos, atividades e mídias. A previsão é que além do curso no ambiente MOODLE, os cursistas terão também à disposição, todo o curso em CD-ROOM para realizar estudos *off line*.

Para que o cursista adquira um domínio básico do ambiente **Moodle** será desenvolvida a oficina de introdução ao ambiente **Moodle**, com 15horas presenciais no primeiro encontro presencial do curso.

A dinâmica metodológica do curso será realizada considerando **3 Fases** a saber:

Salas Ambientes (Componentes curriculares)		Carga Horária		Duração Mínima	Fases	
Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual		15 horas	15 horas	3 semanas	1ª FASE 2 Encontros Presenciais	
Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico		30 horas	75 horas	9 semanas		
Projeto Político Pedagógico e Organização do Ensino		45 horas				
TCC	Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar	45 horas	10 hs para TCC	100 horas	12 semanas	2ª FASE 3 Encontros Presenciais
	Avaliação Escolar	45 horas				
	Aprendizagem e Trabalho Pedagógico	45 horas	10 hs para TCC	100 horas	12 semanas	
	Práticas e Espaços de Comunicação na Escola	45 horas				
	Tópico Especial	30 horas	10 hs para TCC	115 horas	12 semanas	
	Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica	45 horas				
Total de CH e duração mínima do curso		405 horas			48 semanas (12 meses)	3ª FASE TCC 1 Encontro Presencial

1ª Fase: previsão junho - agosto / 2010

Será realizada em dois momentos:

Parte A

- Um presencial com **um** encontro presencial de **3 dias** no pólo do curso, em que será realizado palestras que tratem sobre a importância do Coordenador Pedagógico para o fortalecimento da educação inclusiva e da gestão democrática na educação pública.
- Nesse momento também haverá palestras sobre a metodologia e desenvolvimento do curso na modalidade a distância.
- Realização de oficina de capacitação sobre o uso do ambiente virtual MOODLE;

Parte B

- Realizado à distância, em que será desenvolvido duas salas ambientes: Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico (30 horas) e Projeto Político Pedagógico e Organização do Ensino (45 horas).

Essa fase será encerrada com um encontro presencial para avaliação, apresentação das outras etapas e para orientações sobre reestruturação do projeto de intervenção a ser realizado na escola.

2ª Fase: setembro /2010 a maio de 2011

- Nessa etapa o aluno, em encontro presencial, apresenta o projeto de intervenção e recebe contribuições e orientações para desenvolvimento e amadurecimento do TCC. Esse trabalho estará vinculado ao desenvolvimento das salas ambientes dessa fase: Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar (45 horas); Avaliação Escolar (45 horas); Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico (45 horas); Práticas e Espaços de Comunicação na Escola (45 horas); Tópico Especial (45 horas) e Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica (45 horas).
- Nessa fase, sugere-se que ocorra 3 encontros presenciais a cada dois meses de desenvolvimento do curso.

3ª Fase: junho de 2011

- Apresentação pública do (TCC) Trabalho de Conclusão do Curso em Seminário de Coordenação Pedagógica. Os trabalhos serão apresentados na forma de artigo científico e conforme normas de apresentação de trabalhos do curso (encontro presencial), devendo assim representar a síntese e a reflexão fundamentada do desenvolvimento e resultados durante o curso.
- Fase de encerramento, avaliações, fechamento de relatórios.

18. Processo de Inscrições e Seleção dos Candidatos ao Curso

Esse item será detalhado no edital de seleção, considerando as exigências d PNGE e das normas de *lato senso* da Universidade. A priori entende se que o processo deva ocorrer em 3 etapas, podendo ser:

1ª Etapa: Divulgação e Inscrição Online: maio de 2010

-Divulgação do Curso: Formas/Estratégias/Instrumentos de Divulgação – site da UFT, CNTE, Seduc e Undime

-Inscrição – Preenchimento da ficha de inscrição online

2ª Etapa: - Maio/2010 - Seleção dos inscritos pela coordenação e Divulgação dos selecionados

Para a seleção, a coordenação do curso considerará a pré-inscrição no ambiente virtual e o perfil do candidato, a adequação aos critérios estabelecidos em Edital, o quantitativo de 2 cursistas por unidade escolar, o recebimento de toda documentação solicitada (**em hipótese alguma será aceita documentação incompleta**).

O resultado da homologação, assim como outros avisos que se façam necessários, serão publicados no portal da UFT e nos sites da SEDUC E UNDIME, sendo que nesses, estarão responsáveis os coordenadores de assistência.

3ª Etapa: Período de Matrículas: **Junho de 2010**

- Confirmação de ingresso ao curso e Matrícula dos Cursistas: Encontro Presencial de Abertura do Curso - Comprovação da documentação apresentada na inscrição

Os detalhes do processo de inscrição, seleção e matrícula serão disponibilizados em Edital público.

19. Etapas de trabalho e cronograma de atividades

ETAPAS/ATIVIDADES	PRAZO/ PREVISÃO
Tramitação e aprovação do projeto do curso MEC/FNDE	Outubro/dezembro/2009
Tramitação e aprovação do projeto no CONSEPE/UFT	Abril/2010
Definição da Coordenação Geral, Equipes de Trabalho, Equipe Técnica Pedagógica e Administrativa	Outubro/2009 a Fevereiro/2010
Constituição do GT Interinstitucional local	Abril/2010
Processo seletivo: <i>1ª Etapa: Inscrição Online</i> <i>2ª Etapa: Seleção</i> <i>3ª Etapa: Confirmação e Matrícula dos Cursistas</i>	Maio/2010 Maio/2010 Junho/2010

20. Documentos exigidos para finalização do curso e certificação

·Comprovante de entrega de cópia do artigo científico para a Coordenação administrativa do curso;

- Termo de Nada Consta da Biblioteca Universitária do campus pólo (para alunos usuário da biblioteca);

- Para a emissão e registro do certificado poderá ser cobrada taxa, cujo valor será acertado com a FAPTO – PROPESQ

21. Parceiros estratégicos

- Ministério da Educação e Cultura - MEC/Secretaria Educação Básica – SEB
- Proponente e financiador do Projeto;
- União dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime/TO
- Secretaria de Educação do Estado do Tocantins – SEDUC/TO

21. Orçamento

Os recursos para o desenvolvimento do curso são provenientes do MEC/FNDE pelo Programa Nacional Escola de gestores e ocorre através de Descentralização de Recurso a UFT, tendo sido o PTA no valor de R\$ 512.036,51 (quinhentos e doze mil e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos), tendo como base de cálculo o valor de R\$ 1.281,00 por aluno.

OBS. 1: O curso já tem a liberação dos recursos pelo MEC/FNDE.

OBS. 2: Os recursos destinados à UFT serão executados pela FAPTO – Fundação de Apoio a Pesquisa

OBS. 3: Os profissionais envolvidos (professores da UFT) receberão na forma de bolsas e os demais assinarão com a FAPTO contrato de prestação de serviço como remuneração a título de gratificação pelos envolvimento no projeto, conforme previsto nos recursos financeiros destinados pelo MEC.

22. ANEXOS

1 - Ementas das Salas Ambientais

SALA AMBIENTE – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas).

Descrição Geral:

Com função problematizadora, esta Sala Ambiente buscará promover a construção de um olhar analítico e crítico da realidade educacional brasileira, articulando-o a uma reflexão sobre o fazer profissional do Coordenador Pedagógico no cotidiano escolar. Nesta Sala Ambiente os temas e questões que perpassam a organização do trabalho pedagógico que, em sua diversidade envolvem os aspectos social, econômico, político e cultural, serão a base para a reflexão pedagógica e articulados aos programas, planos e projetos empreendidos no interior da escola. Dessa análise contextualizada e crítica da realidade escolar e do trabalho do coordenador pedagógico, espera-se problematizar a gestão democrática e o papel da coordenação pedagógica; os desafios contemporâneos enfrentados pela instituição educacional e que dizem respeito à melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Os estudos desenvolvidos nesta sala ambiente devem orientar a elaboração de temáticas a serem aprofundadas nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

Ementa:

Análise crítica e de conjunto da prática do coordenador pedagógico. Aspectos históricos, sociais, culturais e políticos presentes na configuração do contexto educacional brasileiro e da escola mediados pelos dados oficiais. Políticas e programas nacionais implantados nas escolas brasileiras. A organização do trabalho pedagógico escolar, a gestão democrática e a mediação do coordenador pedagógico. Desafios para escola na atualidade: disciplina, liberdade, autonomia e violência na escola.

Bibliografia Básica:

ARROYO, M.. Quando a Violência Infanto-Juvenil Indaga a Pedagogia. In: **Educação & Sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas: Cortez\CEDES. V. 28, Nº 100, 2007.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. In: **Educação & Sociedade**: revista de ciência da educação. Campinas: Cortez\CEDES. V. 28, Nº 100, 2007.

NÓVOA, A. Os professores e o “novo” espaço público da educação. In: TARDIF, M. e LESSARD, C. (Orgs.). **O Ofício de Professor: histórias, perspectivas e desafios internacionais**. Petrópolis: Vozes, 2008.

SALA AMBIENTE – Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas).

Descrição Geral:

Esta Sala oferecerá subsídios teórico-metodológicos para a reflexão, elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico e analisará o trabalho coletivo como estratégia de fortalecimento das individualidades e da instituição escolar. O Projeto Político-Pedagógico norteia a organização do trabalho pedagógico constituindo-se num importante canal de participação dos profissionais da educação e instrumento de democratização da gestão escolar. A sua elaboração e implementação requer trabalho coletivo, visando o exercício da autonomia e a construção da identidade institucional. Nessa abordagem buscar-se-á a compreensão de que, na perspectiva democrática e com foco no fazer pedagógico e organizacional e na aprendizagem, o Projeto Político-Pedagógico configura-se como documento norteador do planejamento e tem como ponto de partida a análise da realidade escolar e a articulação com os órgãos colegiados, especialmente com o Conselho Escolar e Conselhos de Série/Ciclo. Dessa forma, o tema desta Sala estabelecerá diálogos com as temáticas concernentes à realidade escolar, políticas educacionais e avaliação escolar.

Ementa:

Aspectos históricos, legais e políticos do planejamento escolar e de ensino na perspectiva democrática. Planejamento escolar e do ensino: conceituação, objetivos e finalidades. O Projeto Político Pedagógico e a análise da realidade escolar: condições para sua elaboração e implementação. O Projeto Político-Pedagógico e participação dos profissionais da educação no processo de democratização da gestão escolar. O PDE-Escola e sua relação com o Projeto Pedagógico da Escola. O Projeto Político-Pedagógico e a atuação do Conselho Escolar e do Conselho e Séries/Ciclos e a construção de relações interpessoais na perspectiva democrática.

Bibliografia Básica:

GANDIN, D. **Planejamento como Prática Educativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1997

FONSECA, M.; TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Orgs.). **Escolas Gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004.

VANCONCELLOS, C.S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 2000.

_____. **A Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, I. P. A. Inovações e Projeto Político-Pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória ?. **Cadernos CEDES**, dez 2003, Vol.23, n.61, p. 267-281.

_____. (Org.). **Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 2007.

SALA AMBIENTE – Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas).

Descrição Geral:

Esta sala ambiente tem por centralidade a reflexão sobre a complexidade do currículo na organização do trabalho pedagógico. Propõe-se o estudo sobre o currículo como espaço de poder, cultura, ideologia e hegemonia; a análise das tendências atuais na organização curricular, tendo em vista o processo de aprendizagem dos alunos e a qualidade da oferta do ensino; a discussão sobre o currículo escolar frente às orientações nacionais, estaduais e municipais. A escola deve dialogar com as diretrizes curriculares, compreendendo-as dentro do seu contexto histórico e dos seus diversos níveis de articulação, além de conhecer as alterações sofridas pela LDB com a inclusão do currículo integrado.

Ementa:

Currículo escolar como espaço de poder, cultura, ideologia e hegemonia. Tendências atuais na organização curricular. Currículo na educação básica: diretrizes curriculares, parâmetros curriculares nacionais, base nacional curricular para a Educação Básica (SEB/MEC - Projeto Indagações Curriculares), e orientações curriculares específicas da escola, do município e do estado. Planejamento curricular como um instrumento de viabilização do direito à educação.

Bibliografia Básica:

FRIGOTTO, G., CIAVATTA, M. e RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. São Paulo : Cortez, 2005.

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

MOREIRA, A. F. B. **Currículos e Programas no Brasil**. Campinas : Papirus, 2003.

MOREIRA, A. F. e SILVA, T. T. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo : Cortez , 2002.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre : Artes Médicas, 1998.

SEB/MEC. **Indagações Curriculares**. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=com_content&task=view&id=1185%itemid=.

Com textos de: Antonio Flavio Moreira e Vera Maria Candau; Elvira Souza Lima; Miguel Arroyo; e Claudia de Oliveira Fernandes e Luiz Carlos de Freitas.

SILVA, T. T. **O Que Produz e o Que Reproduz em Educação: ensaios de sociologia da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SALA AMBIENTE – Avaliação Escolar. (45 horas).

Descrição Geral:

A avaliação como valioso instrumento para construção da qualidade da educação subsidia a organização e a dinâmica do trabalho pedagógico. Abrangendo a avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional, nas dimensões da auto-avaliação e avaliação em larga escala, esta Sala proporcionará conhecimento e análise de contribuições disponíveis na literatura com vistas à proposição de processos, procedimentos e instrumentos de avaliação a serem implementados na escola básica, tendo-se em conta os contextos específicos de trabalho dos coordenadores pedagógicos. Em relação à avaliação da aprendizagem, pretende-se que os

coordenadores analisem concepções e práticas avaliativas dominantes em contextos escolares, com vistas a apreciar suas implicações nos processos de ensino e de aprendizagem e que identifiquem alternativas de vivência da avaliação colocadas a serviço da aprendizagem de todos os alunos. Em relação à avaliação institucional, espera-se que compreendam princípios e finalidades de um processo democrático de avaliação e que esboquem alternativas de implementação da avaliação institucional na escola, articulando a auto avaliação à avaliação externa.

Ementa:

Aspectos histórico e político da avaliação da aprendizagem. Finalidades, procedimentos e instrumentos de avaliação da aprendizagem. Conceituação, princípios e procedimentos de avaliação institucional. Organização do projeto de auto-avaliação da escola. Caracterização das políticas de avaliação em larga escala implantadas no Brasil, compreensão de seus delineamentos, instrumentos e resultados. Articulação entre auto-avaliação e avaliação externa.

Bibliografia Básica:

- APPLE, M.I. e BEANE, J. (Org.). **Escolas Democráticas**. São Paulo : Cortez,1997.
- SOUSA, C. P. de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. Campinas: Papirus, 2004.
- SOUSA, S. M. Zakia..L. Avaliação Institucional: elementos para discussão. In: LUCE, M. B. e MEDEIROS, I. L. P. (Org.). **Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.135-142
- THURLER, M. G. A Eficácia nas Escolas não se Mede: ela se constrói, negocia-se, pratica-se e se vive. In: **Sistemas de Avaliação Educacional**. São Paulo: FDE, Diretoria de Projetos Especiais, 1998, p. 175-190.
- VASCONCELLOS, C.S. **Avaliação da Aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo: Libertad, 2003.
- VIANNA, H. M. **Avaliações em Debate**: SAEB, ENEM, PROVÃO. Brasília: Plano Ed., 2003.
- UNICEF, PNUD, INEP-MEC (Coord.). **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo : Ação Educativa, 2004.

SALA AMBIENTE – Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas).

Descrição Geral:

O trabalho do Coordenador Pedagógico junto aos professores tem como um de seus objetivos a organização de estratégias de ensino que assegurem a todos o direito de aprender. Esta sala Ambiente desencadeará uma reflexão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento humano como processos que se estabelecem nas e pelas interações sociais. Nessa perspectiva, evidenciará a escola como contexto para o desenvolvimento humano, reconhecendo que nela se convive com diferentes experiências de infância, de juventude e de vida adulta. A diversidade, sendo o substrato da constituição dos diferentes sujeitos sociais que convivem no espaço escolar, será considerada na organização do trabalho pedagógico que visa a aprendizagem e a inclusão de todos.

Ementa:

A centralidade da aprendizagem nas práticas educativas escolares. Os sujeitos da aprendizagem. A relação entre coordenadores e professores no processo de ensino e aprendizagem. A ampliação dos espaços de aprendizagem e novas possibilidades de atuação do professor na escola.

Bibliografia Básica:

COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (Orgs.) **Psicologia do Ensino**. Porto Alegre : Artmed, 2000.

LOREDELO, E. R.; CARVALHO, A. M. A.; KOLLER, S. H. (Orgs.). **Infância Brasileira e Contextos de Desenvolvimento**. São Paulo : Casa do Psicólogo; Salvador: EDUFBA, 2004.

MARTINS, L.M. **A Formação Social da Personalidade do Professor: um enfoque vygtskiano**. Campinas/SP : Autores Associados, 2007. (Coleção Formação de Professores).

MOLL, L. C. **Vygotsky e a Educação: implicações pedagógicas da psicologia sócio-histórica**. Porto Alegre : Artes Médica, 1996.

OLIVEIRA, M. K.; TRENTO, D; REG, T (Orgs.). **Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

TAILLE, Y.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. São Paulo : Summus, 1992.

SALA AMBIENTE – Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas).**Descrição Geral:**

Esta Sala Ambiente tratará das práticas que dinamizam os processos comunicacionais nos ambientes educativos. Práticas, espaços ou ambientes comunicacionais distintos serão analisados em suas dimensões ética, estética, política e pedagógica, evidenciando-se como importantes meios de intervenção do Coordenador Pedagógico. Serão considerados, os limites e as potencialidades que os diferentes ambientes comunicacionais oferecem para propiciarem sociabilidade, produção e circulação de informações e de conhecimentos, atuações políticas e de participação social, especialmente no âmbito da escola envolvendo o Conselho Escolar e outras instâncias colegiadas.

Ementa:

A coordenação pedagógica e a gestão dos processos de comunicação e dos fluxos de informação no ambiente educativo em articulação com as instâncias colegiadas da escola. As dimensões ética, estética, política e pedagógica dos ambientes comunicacionais e das tecnologias da informação e da comunicação. Educação e comunicação como práticas culturais. Processos educativos mediados por ambientes comunicacionais e seus espaços e tempos de sociabilidades, de produção e circulação de informações e de conhecimentos, de atuações políticas e de participação social.

Bibliografia Básica:

LARROSA, J. **Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas**. Tradução: Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LEMOS, A. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre : Sulina, 2002.

MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. S. (Org.). **Mídias, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2006.

SANTAELLA, L. **Culturas e Artes do Pós-humano: da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo : Paulus, 2003.

SILVA, M. (Org.). **Educação Online: teorias, práticas, legislação e formação corporativa**. São Paulo : Edições Loyola, 2006.

SALA AMBIENTE - Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas)**Descrição Geral:**

Esta sala tem por objetivo desenvolver discussões acerca das políticas para a Educação Básica no país e materializadas nos planos, programas e ações implementados pelo governo federal e suas implicações nas políticas educacionais municipais e estaduais. Considerando que as políticas educacionais impactam direta e indiretamente na gestão escolar e na organização do trabalho pedagógico, os conteúdos aqui propostos devem potencializar o olhar crítico do Coordenador Pedagógico sobre a gestão do trabalho escolar numa perspectiva democrática, de modo que este se reconheça como profissional cujas funções são estratégicas e necessárias na efetivação do direito à educação com qualidade e na promoção do trabalho coletivo. Para tanto, serão desenvolvidos conteúdos sobre os fundamentos legais, históricos, filosóficos e sociológicos da gestão democrática, relacionando-os com o papel do Coordenador Pedagógico na gestão escolar.

Ementa:

Política educacional e o princípio da gestão democrática: implicações necessárias no desenvolvimento e universalização da escola. A escola e a sala de aula como o *locus* de materialização da política educacional. Gestão democrática da educação e da escola: o trabalho de coordenação pedagógica. Financiamento da educação escolar pública: pressupostos, implicações e sua relação com a organização do trabalho escolar e com o direito à educação. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Ações Articuladas (PAR): implicações na organização e gestão do trabalho pedagógico escolar.

Bibliografia Básica:

FERNANDES, M. D. E. Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): evidências da implantação em escolas municipais. In: **Anais**. ANPED. 2005.

FERREIRA, E.B.; NOVAES, I.C.; CYPRIANO, A.M.C. **Gestão das políticas educacionais no Brasil: o desafio do PAR**. Vitória: ANPAE, 2008 ISSN 978-85-7078-138-3.

FONSECA, M.; OLIVEIRA, J.F. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE): modernização, diretividade e controle da gestão e do trabalho escolar. In: **Anais**. ANPED, 2005.

CURY, C. R. J. A Gestão Democrática na Escola e o Direito à Educação. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.23, n.3. Rio de Janeiro : ANPAE, set./dez. 2007. pp. 483-496.

OLIVEIRA, R. P. e ADRIÃO, T. (Org.). **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**. São Paulo : Xamã, 2007.

Pinto, J.M.R.. **A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo**. *Educ. Soc.*, Out 2007, vol.28, nº.100, p.877-897. ISSN 0101-7330.

SALA AMBIENTE – Trabalho de Conclusão de Curso (60 horas)

Descrição Geral:

Esta Sala Ambiente tem por objetivo a orientação teórico-metodológica do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e culminará com a apresentação deste trabalho, o qual constitui requisito imprescindível à obtenção do grau de especialista em Coordenação Pedagógica. O trabalho desenvolvido nesta sala pretende propiciar, além de uma orientação metodológica, um movimento de reflexão teórico-prático entre os conteúdos e atividades propostas nos demais ambientes deste curso de pós-graduação com a realidade cotidiana das instituições educacionais. Dessa forma, o TCC deve culminar na elaboração de uma proposta de ação que

articule a organização do trabalho pedagógico e a realização de um ensino de qualidade na escola de educação básica onde atua o cursista.

Ementa:

Orientação teórico-metodológica para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Estrutura e normas técnicas para a produção do Trabalho de Conclusão do Curso.

Bibliografia Básica:

GARCIA, R. L.(Org.). **Para Quem Pesquisamos, Para Quem Escrevemos: o impasse dos intelectuais**. São Paulo : Cortez, 2001.

OLIVEIRA, P. de S. (Org.). **Metodologia das Ciências Humanas**. São Paulo : Hucitec/UNESP, 1998.

RISTOFF, D. I. Quando Tamanho é Documento: por que Johnny escreve mais do que João. In: BIANCHETTI, Lucídio (Org.). **Trama & Texto - Leitura Crítica, Escrita Criativa**. Vol. II. São Paulo : Edrupf, 1997.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo : Cortez, 2004.

SALA AMBIENTE – Tópico Especial. (30 horas).

Esta sala ambiente tem por objetivo o estudo de temas específicos que perpassam a organização do trabalho pedagógico. Cada Instituição formadora deverá escolher 1 (um) tema a ser desenvolvido nesta Sala Ambiente, para compor o currículo do curso. As ofertas apresentadas como Tópico Especial são:

Tópico 1 - As Relações Interpessoais na Escola e as Relações da Escola com as Famílias.

Descrição geral:

Ementa:

Bibliografia Básica:

Tópico 2 - Leitura e Formação de Mediadores

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento das práticas de leitura e a constituição de redes de comunicação mediadas pela escrita como importantes tarefas do trabalho pedagógico. Nos espaços escolares, as bibliotecas são lugares naturais de desenvolvimento da linguagem oral e escrita e ali se devem promover atividades que as potencializam, tais como rodas de leitura, recitais de poesia, encontros com escritores, concursos e festivais literários, coleta de narrativas orais, canto coral e teatro. Ao fomentar a inserção de estudantes e educadores nessas práticas sociais de leitura, a escola promoverá a apropriação da produção cultural que circula também em ambientes não escolares. Tendo esta compreensão, os Coordenadores Pedagógicos podem, nos espaços escolares em que atuam, promoverem experiências de leitura entre professores, bem como orientar a elaboração de planos e programas de formação de leitores.

Ementa:

A escola como ambiente de formação de leitores. A mediação pedagógica e o letramento literário na escola. Aprendizagens informacionais no contexto da biblioteca escolar. Leituras de professores, relatos autobiográficos e a formação de mediadores de leitura.

Bibliografia Básica:

BAJARD, E. **Caminhos da Escrita: espaços de aprendizagem**. São Paulo : Cortez, 2002.
KUHLMATH, C. **Como usar a Biblioteca na Escola: um programa de atividades para o ensino fundamental**. Belo Horizonte : Autêntica, 2004.
PERROTTI, E.; VERDINI, A. S. Entre a falta e o excesso de informação. In: PERROTTI, E. (Org.). **A Aventura de Conhecer**. Salto para o Futuro. Na XVIII, boletim 15, setembro de 2008. Ministério da Educação. Secretaria de Educação à Distância: 2008. p. 03-10.
SOARES, M. A Escolarização da Literatura Infantil e Juvenil. In: Evangelista, A. A. M.; BRANDÃO, H. M. B.; MACHADO, M. Z. V. **A Escolarização da Leitura Literária: o jogo do livro infantil e juvenil**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999. p. 17-48.

Tópico 3 - Qualidade da Educação Básica

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem como objetivo geral propiciar a reflexão teórica-prática sobre a “Qualidade da educação escolar”, envolvendo discussões tais como: condições de oferta do ensino; o acesso e permanência dos estudantes na escola; o ambiente educativo e o espaço físico escolar; a prática pedagógica e a avaliação; a gestão escolar democrática; a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola. Esses aspectos constituem indicadores relevantes na conceituação e definição da qualidade da educação escolar. O conteúdo desta Sala está organizado em duas unidades temáticas e tem como principais objetivos: a) contribuir para a identificação das condições, dimensões e fatores fundamentais (extra e intra escolares), relacionando-os às concepções de qualidade da educação; b) produzir uma matriz teórico-conceitual que venha a subsidiar a discussão de políticas voltadas à garantia da qualidade da educação.

Ementa:

A qualidade da educação escolar. Indicadores da qualidade na educação. Problematicar conceitos e definições de “qualidade” na educação.

Bibliografia Básica:

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F.; SANTOS, C. A. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Brasília: MEC/Inep, s/d.
FARENZANA, M. (Org). **Custo e Condições de Qualidade da Educação em Escolas Públicas: aportes de estudos regionais**. Brasília : Inep/MEC, 2005.
UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

Tópico 4 - Políticas e Programas de Educação (PNE, PDE, PAR)

Descrição Geral

Este Tópico Especial tem por objetivo geral oferecer subsídios teóricos e metodológicos que permitam o aprofundamento da análise sobre as atuais políticas educacionais estabelecidas em programas e projetos nacionais. O debate sobre a importância do planejamento na prática social da educação, nos diversos níveis da administração pública (União, estados, DF e municípios), será também estimulado. De modo específico serão analisados: o Plano Nacional

de Educação (PNE), identificando o contexto político da época em que fora elaborado, sua tramitação no Congresso Nacional, suas propostas e os vetos presidenciais feitos a ele; o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), por meio da identificação de seus pressupostos teóricos e metodológicos, assim como o alcance de suas ações e o possível impacto sobre a realidade educacional; o Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*; o Plano de Ações Articuladas (PAR), identificando as contradições e mediações decorrentes da sua implantação nos Sistemas de Ensino e nas escolas e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Procurar-se-á evidenciar a relação entre as políticas, situando seus avanços, limites e antagonismos e a sua concretização na realidade

Ementa:

Políticas e programas atuais para a educação básica. Impactos das políticas nacionais de educação e de demandas locais na organização do trabalho escolar

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, J. M. L. **O Projeto Político-Pedagógico no Contexto da Gestão Escolar**. Elaborado especialmente para o Programa Salto para o Futuro. Tema: Gestão Democrática da Educação – Salto para o Futuro/TV ESCOLA.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v.28, n.100, p.921-946, out., 2007.

FREITAS, L. C. de. Qualidade Negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, out 2005.

Tópico 5 - Fundamentos do Direito à Educação

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem por objetivo geral discutir os fundamentos do direito à educação. A garantia do direito à educação depende de políticas de gestão e de financiamento democráticas e contínuas, investidas de soluções concretas para resolver os problemas sociais e pedagógicos, os quais impactam quantitativa e qualitativamente nos índices de acesso e de permanência das crianças, jovens e adultos brasileiros nas instituições educacionais do País. A gestão democrática na escola é um requisito fundamental para o avanço do direito à educação como um serviço público e que deve ser oferecido com qualidade. São objetivos específicos desta sala: a) problematizar o conceito de direitos humanos e os seus desdobramentos no campo da educação; b) discutir a prática da gestão democrática como estratégia de ampliação da participação da comunidade escolar e do reconhecimento da educação como direito social; c) problematizar o papel do Estado na viabilização do direito à educação.

Ementa:

Perspectivas histórico-teóricas do direito à educação. Direitos humanos e direito à educação no Brasil. O papel do Estado na viabilização do direito à educação. A viabilização da educação como um direito no Brasil. O direito à educação: limites e perspectivas.

Bibliografia Básica:

BOBBIO, N. Direitos humanos. In: BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de política**. Vol. 1. Brasília : EdUnb, 1992.

COUTINHO, C. N. **A Democracia como Valor Universal**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

CURY, C. R. J. **O Direito à Educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

Tópico 6 - Oficina Tecnológica: construindo sítios na Web

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre o uso dos recursos tecnológicos no ambiente escolar para auxiliar os Coordenadores Pedagógicos na construção e publicação do sítio de sua escola na *Web*. Sob a ótica de que a construção desses sítios é objeto de ampla discussão e que eles podem propiciar mudanças significativas no cotidiano escolar, pretendemos evidenciar a importância do envolvimento de toda a comunidade. Os sítios de *internet*, pela utilização dos meios tecnológicos e seu grande alcance, contribuem para a ampliação de experiências de comunicação, colocando-se a serviço da construção e da socialização do conhecimento, bem como a inclusão digital e social de estudantes e de professores. Para construir um sítio, o usuário da *Internet* poderá ter acesso não só às informações necessárias, mas também aos programas editores de páginas HTML, disponíveis gratuitamente. Serão abordados conceitos básicos relacionados à *Internet* e à *Web* e a utilização das tecnologias específicas deste espaço virtual no campo da educação, tanto na aprendizagem quanto na gestão.

Ementa:

Conceitos básicos sobre *Internet* e *Web*. Tecnologia na educação. Implementando o sítio - montagem do sítio. Publicando na *Web*. Mantendo o sítio.

Bibliografia Básica:

AGUIAR, M. A.; SETTE, S. S.; SETTE, J. S. A. **Formação de Professores e Informática na Educação: um caminho para a mudança**. Brasília : PROINFO, MEC, 2001.

NIELSEN, J. **Projetando Websites**. São Paulo: Campus, 2001.

SETTE, S. S. A Tecnologia Contribuindo para uma Escola Cidadã. MEC/SEED/TV ESCOLA - Salto para o Futuro. Série: **Retratos da Escola**. Boletim 11. p. 34. 2005.

WILLIAMS, R.; TOLLETT, J. **Web design para não Designers**. São Paulo: Ciência Moderna, 2001.

Tópico 7 – Saúde na Escola

Descrição Geral:

Este Tópico Especial tem o objetivo de oferecer subsídios para o aprofundamento dos conhecimentos e práticas relacionados à saúde, possibilitando sua inserção no Projeto Político-Pedagógico da escola. Serão problematizados três importantes temas, quais sejam: os conceitos de território e lugar, destacando a importância para o debate sobre a saúde da comunidade escolar; o pressuposto de que quando as questões relativas à saúde são consideradas no Projeto Político-Pedagógico da escola elas passam a integrar as decisões pedagógicas definidas pelo corpo docente e; a relação entre saúde e cidadania, considerando ser a saúde um direito de todos e dever do Estado. Desse modo têm-se como principais objetivos: a) Favorecer a reflexão sobre as possibilidades de desenvolvimento de ações pedagógicas atinentes à saúde, a partir da inserção das questões sobre esse tema no Projeto Político-Pedagógico; b) Identificar procedimentos que possam favorecer o desenvolvimento de ações pedagógicas na área de saúde no ambiente escolar; c) Propiciar o aprofundamento do conhecimento sobre os direitos em saúde vinculados à cidadania; d) Propiciar ao coordenador pedagógico condições para contribuir de forma efetiva nos processos de formulação de políticas públicas em educação e saúde.

Ementa:

Território e lugar - espaços de saúde. Questões da saúde no Projeto Político-Pedagógico da escola. Saúde como direito de cidadania.

Bibliografia Básica:

BRASIL, Ministério da Saúde. A Educação que Produz Saúde. **Comunicação e Educação em Saúde**, série F. Brasília : Ministério da Saúde, 2005.

PINHEIRO, R. As Práticas do Cotidiano na Relação Oferta e Demanda dos Serviços de Saúde: um campo de estudo e construção da integralidade. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Orgs.). **Os Sentidos da Integralidade na Atenção e no Cuidado à Saúde**. Rio de Janeiro : UERJ, IMS, ABRASCO, 2001.

SEGETS, D.. Saúde e doença: dois fenômenos da vida. **Curso de Formação dos Facilitadores de Educação Permanente em Saúde**. 2005.

_____. A Saúde como Experiência Subjetiva. **Curso de Formação dos Facilitadores de Educação Permanente em Saúde**. 2005.

Tópico 8 - Conselhos Escolares e Gestão Democrática**Descrição Geral:**

Este Tópico Especial tem o objetivo de oferecer subsídios teóricos e metodológicos que permitam o aprofundamento dos conhecimentos sobre a gestão escolar democrática, especialmente no tocante aos conselhos escolares. Esse órgão colegiado é compreendido como um importante espaço de democratização do trabalho pedagógico. São objetivos deste tópico: a) incentivar o debate sobre o princípio constitucional da gestão democrática da educação; b) debater questões atinentes ao funcionamento dos conselhos escolares: seus objetivos, seus limites e suas possibilidades; c) identificar a contribuição do conselho escolar na gestão pedagógica; d) refletir e debater sobre a importância da presença do saber e da cultura do estudante no processo didático-pedagógico da escola; e) refletir sobre o exercício democrático e responsável do conselho escolar no acompanhamento das atividades da escola, especialmente com relação ao aproveitamento do tempo pedagógico; f) refletir sobre o fortalecimento dos mecanismos de democratização da escola, em especial do conselho escolar e dos processos de escolha de diretores por meio da análise dos desafios, limites e possibilidades da gestão democrática.

Ementa:

Gestão democrática como princípio constitucional. Conselho escolar como mecanismo de democratização da gestão escolar. Papel do conselho escolar na melhoria da educação básica.

Bibliografia Básica:

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Paz e Terra, 1992.

PARO, V. **Por Dentro da Escola Pública**. São Paulo : Xamã, 1996.

_____. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo : Ática, 1997.

SENNET, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro : Record, 2004.

ANEXO 2 - Orientação para TCC

O presente documento visa nortear o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, modalidade Artigo Científico, do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Coordenação Pedagógica, desenvolvido por meio do AVA/Moodle pela Universidade Federal do Tocantins - UFT.

Ressalta-se que a mesma poderá ser modificada tendo em vista as normativas de pós-graduação *lato sensu* da UFT

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1. É obrigatória a elaboração do TCC/artigo científico para a conclusão do curso, devendo ser observadas as regras previstas neste documento, no Projeto Pedagógico do Curso e no Regulamento Geral da Universidade Federal do Tocantins.

Art.2. Os cursistas produzirão um trabalho final do curso na forma de um artigo científico, com base na metodologia da pesquisa-ação. O mesmo deve representar a síntese e reflexão fundamentada no desenvolvimento e resultados do projeto de intervenção realizado por no máximo 2 (dois) cursistas.

Art.3. O trabalho final será desenvolvido pelos cursistas vinculados a unidade escolar de sua atuação. Atividade que deverá estar vinculada à II Fase do curso, cujo docente responsável irá orientar, acompanhar e avaliar o projeto de intervenção, seu desenvolvimento até relatório final (TCC).

Art.4. Todos os trabalhos deverão submeter-se à apresentação pública no Seminário de Encerramento do curso que será realizado nos pólos em que é ofertado as turmas.

Art. 5. O artigo científico consiste no resultado de uma pesquisa orientada, tendo por objeto uma problemática na escola, cuja apresentação seja sintética, em forma de relatório escrito, contendo os resultados da intervenção realizada durante o curso.

Parágrafo único: o cursista ou dupla de trabalho poderá refazer sua proposta de intervenção apresentada na etapa de seleção ao curso, ou elaborar uma nova que atenda aos objetivos propostos.

Art. 6. O TCC como artigo científico tem por objetivo propiciar aos alunos do curso a oportunidade de demonstrar o grau de maturidade alcançado, a capacidade de aprofundamento temático e a habilidade de realizar e fazer relatório de pesquisa acadêmica.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 7. A construção do TCC será iniciada após o aluno ter concluído as salas ambientes de Introdução ao Curso Ambiente Virtual; Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico e Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino, ou seja, na II Fase do curso.

Art. 8. Concomitante com a abertura das salas ambientes de Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar e Avaliação Escolar será aberta a Etapa de Trabalho de Conclusão do Curso, permanecendo aberta durante o estudo das demais salas ambientes, até a conclusão do curso, a fim de que:

I – o cursista desenvolva o seu TCC ao longo do curso;

II – os conteúdos estudados nas salas ambientes possam fornecer subsídios teóricos para a sua fundamentação, numa perspectiva interdisciplinar.

Art. 13. O artigo científico de conclusão do Curso deverá ser desenvolvido sob a orientação e o acompanhamento direto do professor de turma e a co-orientação do professor regente, do Curso Lato Sensu em Coordenação Pedagógica.

I - Para a construção do TCC, os alunos poderão agendar 1 hora com o professor de turma para a orientação.

II - Ao final do curso o tempo de dedicação ao TCC deverá ser ampliado, fortalecendo o trabalho de orientação.

Art.12. O TCC será concretizado na elaboração de um estudo que culmine em uma proposta de ação que articule a organização do trabalho pedagógico e a busca de um ensino-aprendizagem de qualidade na escola de educação básica onde atua o cursista.

I - Essa proposta de ação procurará, dentre outros aspectos, consolidar os fundamentos teórico-práticos desenvolvidos ao longo do curso por meio dos conteúdos e atividades das salas ambientes.

Art. 13. O TCC deverá ser escrito conforme normatização em vigor da Associação Brasileira de Normas e Técnicas (ABNT).

CAPITULO III – DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO CIENTÍFICO

Art. 14. Será considerado aprovado o Artigo Científico do aluno desde que:

II – tenha entregado, em tempo hábil e de acordo com este documento e as normas da ABNT, a versão final do artigo científico;

III – obter, no mínimo, média final igual ou superior a 7,0 ;

IV – será atribuído conceito 0,0 (zero), ao artigo científico, caso se verifique a existência de fraude ou plágio praticado pelo orientando, e que não tenha sido refeito a partir do encaminhamento do professor.

V – O fechamento da avaliação do curso ocorrerá na submissão do artigo científico à uma apresentação pública em Seminário de Encerramento do Curso nos pólos de cada turma.

VI - O aluno terá abertura para escolher o Seminário de Encerramento do curso no Pólo em que realizou todo o curso.

VII - Os melhores artigos poderão ser indicados para apresentação em eventos científicos da área da educação e para publicações em revistas e periódicos da área.

CAPITULO IV – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15. Os casos omissos serão resolvidos, em conjunto, pela Coordenação do Curso.

Art. 16. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO 3 – PTA - Plano de Trabalho Aprovado

PLANO DE TRABALHO — PROJETO BÁSICO

PROPONENTE

DADOS CADASTRAIS

Órgão/Entidade Proponente

CNPJ.

Endereço

AV. NS 15, ALC NO 14, Centro

Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	Endereço eletrônico.
Palmas	TO	77.020-120	63 3232 8012	reitor@uft.edu.br

Código da Unidade Gestora	Código de Gestão
---------------------------	------------------

154419

26251

Nome do Responsável	Função	C.P.F.
Alan Kardec Martins Barbiero	Reitor	436.693.831-87

C.I./Órgão Expedidor	Cargo	Matrícula
197-D/CREA-TO	Professor	0119082-4

Endereço	CEP
603 Sul, AL. 08, LT. 15	77000-000

Esfera Administrativa

Federal

Nome do Coordenador do Projeto	DDD/Telefone	Endereço eletrônico.
Raquel Aparecida Souza	63 3232 8208	raquelas@uft.edu.br

1. OBJETIVO DO PROJETO**1.1. OBJETIVO GERAL**

- Formar, em nível de pós-graduação *lato sensu*, coordenadores pedagógicos que atuam em instituições públicas de educação básica, visando à ampliação de suas capacidades de análise e resolução de problemas, elaboração e desenvolvimento de projetos e atividades no âmbito da organização do trabalho pedagógico e do processo de ensino-aprendizagem.

1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Promover a reflexão sobre o trabalho pedagógico e gestão democrática que favoreçam a formação cidadã do estudante;

- Possibilitar a vivência de processos de produção de conhecimento que busquem uma melhor compreensão da escola em suas determinações;
- Estimular o desenvolvimento de práticas de coordenação do trabalho pedagógico que contribuam para uma aprendizagem efetiva dos alunos, de modo a incidir, progressivamente, na melhoria do desempenho escolar;
- Contribuir para a reflexão e a prática do coordenador pedagógico junto ao professor na realização do processo de ensino-aprendizagem;
- Possibilitar o aprofundamento dos debates sobre a construção coletiva do projeto pedagógico, bem como da articulação, integração e organização das ações pedagógicas.

2. JUSTIFICATIVA DO PROJETO

A proposta de um curso de formação continuada para os profissionais que atuam na área da coordenação pedagógica nasce do reconhecimento da importância desse profissional para a melhoria da qualidade do ensino brasileiro. De fato, o Coordenador Pedagógico, sendo um membro da equipe gestora da escola, desenvolve o importante papel de articulador e integrador dos processos educativos. Espera-se, pois, que sua atuação e seu trabalho contribuam, de maneira significativa, para que se realize no interior da escola um ambiente educativo capaz de promover o desenvolvimento da aprendizagem, do conhecimento, do trabalho coletivo e interdisciplinar, da ética e da cidadania, na perspectiva de uma educação e uma sociedade cada vez mais inclusiva.

O papel de articulador e integrador de processos educativos é, sem dúvida, bastante abrangente. Entretanto, antes de ganhar essa amplitude, o trabalho do Coordenador Pedagógico assumiu contornos diversos, acompanhando, ao longo do tempo, os diferentes contextos das reformas educacionais. Sua origem remonta à década de 1920, quando, no Brasil, buscava-se estruturar as políticas públicas de educação que visaram neutralizar as propostas educacionais formuladas pelos movimentos populares. Uma escola pretensamente neutra e capaz de homogeneizar competências e hábitos, fundada na hierarquização de tarefas, que instituiu, portanto, uma dicotomia no trabalho pedagógico. Neste contexto, o coordenador pedagógico aparecia como o responsável pelo acompanhamento e, especialmente, o controle do trabalho do professor.

Nas décadas seguintes até o auge do tecnicismo dos anos 70, a dicotomização do trabalho pedagógico foi ainda mais potencializada pela ênfase que se deu à divisão entre

planejamento e execução, ou seja, entre as funções dos gestores escolares e o trabalho do professor em sala de aula. Nessa época, a figura do Coordenador Pedagógico simbolizava a divisão do trabalho escolar e hierarquização do poder na escola.

Foi somente nos anos 1980, em um contexto marcado pelo movimento de democratização das relações extra e intra-escolares, com centralidade no trabalho do docente e nos processos de gestão, que a função do Coordenador Pedagógico ganhou nova roupagem, estabelecendo-se na busca de superação de dicotomias entre teoria e prática, pensar e fazer, concepção e execução, professor e gestor. Nessa conjuntura, do Coordenador Pedagógico espera-se que se envolva efetiva e intensamente no processo de articulação da organização do trabalho pedagógico, bem como, na promoção de relações democráticas no interior das instituições educativas.

Embora seja reconhecida a importância do trabalho desse profissional para o pleno desenvolvimento da função da escola, sabe-se que os Coordenadores Pedagógicos convivem com dificuldades e enfrentam obstáculos na realização de sua tarefa. Um flagrante desvio de função, associado à preocupação constante com o desempenho escolar e à rotina de trabalho burocratizado produzem incertezas entre os Coordenadores Pedagógicos. Muitas vezes encontram-se isolados e percebem-se fragilizados e com dificuldades para uma eficiente atuação na função. Essa situação adversa tem promovido uma indefinição na identidade desse profissional, fato que gera conflitos e disputas no interior da escola. A busca por uma identidade ou mesmo um perfil ocupacional comum aos Coordenadores Pedagógicos apresenta-se como um desafio em todo o território nacional.

Além disso, é preciso levar em consideração que no Brasil, os sistemas de ensino possuem autonomia para organizar e estabelecer cargos e funções para o conjunto de seus trabalhadores, bem como, a definição das formas de acesso e provimento de cargos e ou funções. Vale mencionar que em alguns deles, o cargo de Coordenador Pedagógico integra um plano de carreira ou está definido no estatuto do magistério, em outros a coordenação pedagógica é uma função exercida por professores de carreira.

Em que pesem a multiplicidade de tarefas que assume no interior das instituições educativas e mesmo a diversidade das formas de acesso ao cargo, o Coordenador Pedagógico tem, por atribuição precípua, articular, coordenar, acompanhar, supervisionar, orientar, subsidiar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico. Deste modo, como profissionais essenciais na organização e articulação dos processos educativos que ocorrem

nas escolas, esses profissionais devem ser capazes de compreender as múltiplas dimensões que estruturam a prática pedagógica.

Por um lado, tem-se a dimensão daquilo que mais diretamente se liga aos atos educativos pois incidem sobre as práticas pedagógicas, seus problemas e resultados escolares. Em outras palavras, esta é a dimensão que compreende os processos de ensinar e de aprender, a interação professor-aluno, as a forma de tratamento pedagógico dado aos conhecimentos e seu processo de socialização, conforme os diferentes campos do saber, metodologias específicas, concepções de aprendizagem, planejamento e de avaliação.

Por outro lado, tem-se a dimensão que envolve as relações inter individuais, profissionais e pessoais, que, no cotidiano escolar, os indivíduos estabelecem entre si e que são, também, estruturantes do fazer pedagógico na medida em que articulam e integram saberes, práticas, visões de mundo e de sociedade. Essa é uma dimensão de caráter político, social, econômico e cultural que engendra a idéia da educação como um bem público e do ato educativo como uma prática social que se dá em contextos de heterogeneidade e pluralidade cultural. Certamente que tal consideração conduz a preocupação dos Coordenadores Pedagógicos para o entendimento da relação da escola e de seus sujeitos com um contexto mais amplo e os prepara para o enfrentamento de questões educacionais como a inclusão e a permanência do aluno, a diversidade social, étnica, religiosa e cultural, além de favorecer o desenvolvimento de ações orientadas por projetos pedagógicos, cujos horizontes sejam tanto a democratização da educação e da escola, quanto, o respeito ao direito de aprender.

Essas dimensões evidenciam, pois, a dinamicidade, o antagonismo e a complexidade dos contextos nos quais o Coordenador Pedagógico atua. É, pois, no interior das instituições de ensino que o trabalho educativo precisa ser organizado e re-articulado, nele imprimindo-se qualidade, de modo a viabilizar o consagrado direito à educação, este, materializado na aprendizagem e na permanência com sucesso dos alunos.

Neste sentido, o curso deverá promover a integração dos conhecimentos sobre os processos de gestão e organização do trabalho educativo com discussões e reflexões sobre a prática pedagógica à luz de um referencial teórico-metodológico fundamentado na perspectiva crítico-transformadora.

3. PÚBLICO-ALVO:

O curso destina-se aos Coordenadores Pedagógicos e/ou profissionais que exercem função equivalente e integram a equipe gestora da escola de Educação Básica. Serão ofertadas um total de 400 vagas, sendo 200 vagas (50%) para a rede estadual e 200 vagas (50%) para a rede municipal:

PÓLOS	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
1. Tocantinópolis	20	20
2. Araguaína	40	40
3. Colinas	20	20
4. Guaraí	20	20
5. Palmas	40	40
6. Porto Nacional	20	20
7. Gurupi	20	20
8. Arraias	20	20
TOTAL PARCIAL	200	200
TOTAL GERAL	400	

3.1. REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

Os seguintes requisitos serão considerados:

- Ser graduado em Pedagogia ou outra licenciatura plena.
- Pertencer à rede pública municipal e/ou estadual de educação básica, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Profissional.
- Ter disponibilidade para dedicar, no mínimo, 10 horas/semanais ao curso.
- Ter disponibilidade para participar dos encontros presenciais nos locais previstos.

4. PERÍODO DE EXECUÇÃO

- **Início: outubro de 2009**
- **Término: Março de 2011**

5. DESCRIÇÃO

O curso de pós-graduação *latu-senso* (modalidade EAD) proposto reúne uma carga horária total de 405 horas, distribuídas da seguinte forma:

- Sala de Introdução ao Curso e ao Ambiente Virtual. (15 horas).
- Sala Ambiente – Realidade Escolar e Trabalho Pedagógico. (30 horas).
- Sala Ambiente – Projeto Político-Pedagógico e Organização do Ensino. (45 horas).
- Sala Ambiente - Currículo, Cultura e Conhecimento Escolar. (45 horas).
- Sala Ambiente - Avaliação Escolar. (45 horas).
- Sala Ambiente - Práticas e Espaços de Comunicação na Escola. (45 horas).
- Sala Ambiente - Aprendizagem Escolar e Trabalho Pedagógico. (45 horas).
- Sala Ambiente - Políticas Educacionais e Gestão Pedagógica. (45 horas).
- Sala Ambiente - Tópico Especial. (45 horas).
- Sala Ambiente - Trabalho de Conclusão de Curso. (45 horas).

6. UNIDADES RESPONSÁVEIS PELO CURSO

6.1 - ESFERA NACIONAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – SEB

6.2 - ESFERA ESTADUAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO TOCANTINS - SEDUC

6.3 - ESFERA MUNICIPAL

UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO – UNDIME

7.4. NÚMERO DE CURSISTAS:

400 CURSISTAS

7 CERTIFICAÇÃO:

Especialista em Coordenação Pedagógica

8. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, ETAPAS DE TRABALHO E CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

<u>ETAPAS/ATIVIDADES</u>	<u>PRAZO/PREVISÃO</u>
• Tramitação e aprovação do projeto do curso	Set/2009
• Definição da Coordenação Geral, Equipe Técnica Pedagógica, Administrativa e Tecnológica	Set/2009
• Constituição do GT Interinstitucional local	Out/2009
• Publicação de edital	Out-Nov/2009

• Processo seletivo	Out-Nov/2009
• Período de confirmação de matrícula	Dez/2009
• Solenidade de Abertura do Curso	Dez/2009
• Desenvolvimento do Curso - Salas Ambientes (1ª Fase)	Fev-Abr/2010
• Desenvolvimento do Curso - Salas Ambientes (2ª Fase)	Mai/2010 a Jan/2011
• Solenidade de encerramento	Fev-2011
• Avaliação	Mar 2011

OBS. Esse quadro de execução será alterado para o que consta no PPC, e segue abaixo, sendo feito as devidas justificativas ao MEC pelo

atraso que se encontra para o início do curso

ETAPAS/ATIVIDADES	PRAZO/ PREVISÃO
Tramitação e aprovação do projeto do curso MEC/FNDE	Outubro/dezembro/2009
Tramitação e aprovação do projeto no CONSEPE/UFT	Abril/2010
Definição da Coordenação Geral, Equipes de Trabalho, Equipe Técnica Pedagógica e Administrativa	Outubro/2009 a Fevereiro/2010
Constituição do GT Interinstitucional local	Abril/2010
Processo seletivo:	Maio/2010
1ª Etapa: Inscrição Online	Maio/2010
2ª Etapa: Seleção	Junho/2010
3ª Etapa: Confirmação e Matrícula dos Cursistas	

9. DISTRIBUIÇÃO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO E DOCENTE ENVOLVIDO

PESSOAL ENVOLVIDO	QUANTIDADES X HORA/ATIVIDADE X PERÍODO
Coordenação	1 X 20 Horas X 18 Meses
Vice-coordenação	1 X 20 Horas X 18 Meses
Professores Regentes	5 X 20 Horas X 16 Meses
Professores de Turma	10 X 20 Horas X 14 Meses
Professor Avaliador	1 X 20 Horas X 5 Meses
Suporte Técnico Administrativo	2 X 80 Horas X 17 Meses
Suporte Tecnológico	2 X 80 Horas X 17 Meses

10. PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DOS CUSTOS:

R\$ 512.036,51 (quinhentos e doze mil e trinta e seis reais e cinquenta e um centavos).

10.1 CUSTO TOTAL PREVISTO

Insumos: bolsas (33.90.18)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
4 Professores Regentes 4 x 20 h x 16 meses	Bolsa de extensão	64	1.200,00	76.800,00
1 Professor Avaliador 1 x 20 h x 5 meses	Bolsa de extensão	5	1.000,00	5.000,00
Subtotal				81.800,00

Insumos: pessoa física (33.90.36)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1 Coordenação 1 x 20h x 18 meses	Prestação de serviço	18	1.395,35	25.116,30
1 Vice-coordenação 1 x 20h x 18 meses	Prestação de serviço	18	1.395,35	25.116,30
1 Professor Regente 1 x 20 h x 16 meses	Prestação de serviço	16	1.395,35	22.325,60
10 Professores de Turma 10 x 20 h x 14 meses	Prestação de serviço	140	1.046,51	146.511,40
2 Suportes Tecnológicos em Informática 2x 80h x 17 meses	Prestação de serviço	34	697,67	23.720,78
2 Suportes Administrativos 2 x 80h x 17 meses	Prestação de serviço	34	697,67	23.720,78
Subtotal				266.511,16

Tabela: resumo pessoa física (33.90.36)				
Descrição do Item de Despesa	Valor Contrato R\$	Desconto Contrato R\$		Valor Total R\$
		Unitário	Total	
1 Coordenação 1 x 20h x 18 meses	1.395,35	195,35	1.200,00	25.116,30
1 Vice-coordenação 1 x 20h x 18 meses	1.395,35	195,35	1.200,00	25.116,30

1 Professor Regente 1 x 20 h x 16 meses	1.395,35	195,35	1.200,00	22.325,60
10 Professores de Turma 10 x 20 h x 14 meses	1.046,51	146,51	900,00	146.511,40
2 Suportes Tecnológicos em Informática 2x 80h x 17 meses	697,67	97,67	600,00	23.720,78
2 Suportes Administrativos 2 x 80h x 17 meses s	697,67	97,67	600,00	23.720,78
Subtotal				266.511,16

A tabela de resumo com despesas de natureza de Pessoa Física detalha que, retirando os encargos sociais o valor real será pago o equivalente aos pagos pela bolsa de extensão que são isentas de despesas. Essa atitude é necessária para que as pessoas que desempenha funções equivalentes possam receber o mesmo valor.

Insumos: encargos (33.91.47)	
Descrição do Item de Despesa Encargos sociais (20% - pessoa física)	Valor Total
	53.302,23
Subtotal	53.302,23

Insumos: Diárias (33.90.14)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
Diárias	Diárias	118	224,00	26.432,00
			(diaria + aux. deslocamento)	
Subtotal: Diárias				26.432,00

Insumos: Passagens (33.90.33)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
Passagens	Passagens	8	55,00	440,00
			(valor médio)	
		3	2.502,50	7.507,50
			(ida e volta)	
Subtotal: passagens				7.947,50

Insumos: Material de Consumo (33.90.30)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$

PEN DRIVE 2GB	Unitário	20	27,74	554,80
Caneta esferográfica Azul (Caixa c/ 50 unidades)	Caixa	4	17,50	70,00
Caneta esferográfica Vermelha (Caixa c/ 50 unidades)	Caixa	2	17,50	35,00
Borracha Bicolor (Caixa c/ 40 unidades)	Caixa	4	12,40	49,60
Borracha Branca (Caixa c/ 40 unidades)	Caixa	4	8,45	33,80
TONER LEXMARK E 120	Unitário	10	292,30	2.923,00
Pincel Atômico para quadro branco Azul (Caixa c/ 12 unidades)	Caixa	5	24,00	120,00
Pincel Atômico para quadro branco Preto (Caixa c/ 12 unidades)	Caixa	5	24,00	120,00
Lapiseira	Unitário	20	3,50	70,00
Grafite p/ Lapiseira 7,0 mm (Caixa c/ 12 unidades)	Caixa	2	12,00	24,00
Papel tipo A4	Resma	50	12,50	625,00
Fita adesiva - rolo PEQUENO 12mmx10m	Unitário	20	0,25	5,00
Fita crepe - Rolo 19mmx50m	Unitário	20	2,30	46,00
Alfinete para quadro de avisos color Percevejo (Caixa c/ 50 unidades)	Caixa	10	3,70	37,00
Caneta Marca Texto - Cores (Caixa c/ 12 unidades)	Caixa	4	9,42	37,68
Clipes niquelados nº. 06 (Caixa c/ 100 unidades)	Caixa	40	3,45	138,00
Clipes niquelados nº 08 (Caixa c/ 100 unidades)	Caixa	80	3,25	260,00
Envelope Pardo Ofício - UFES 260x360	Unitário	1.800	0,25	450,00
Envelope Pardo Grande - UFES 370x470	Unitário	1.700	0,30	510,00
Tesoura tamanho médio 21 cm	Unitário	5	4,00	20,00
Etiqueta auto Adesiva Pq 101,6x33,9mm (Caixa c/ 1400 unidades)	Caixa	5	28,00	140,00
Grampeador Tamanho médio p/ grampos 26/6 13cm	Unitário	4	11,60	46,40
Corretivo Líquido Frasco 18 ml	Unitário	1	5,23	5,23
CD Rom GRAVÁVEL - 700 MB	Unitário	400	0,75	300,00
DVD ROM GRAVÁVEL - 4.7 GB	Unitário	200	1,35	270,00
DVD ROM GRAVÁVEL - 4.7 GB	Unitário	20	0,70	14,00
Subtotal				6.904,51

Insumos: Pessoa jurídica (33.90.39)				
Descrição do Item de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
Impressão de publicação científica (livro)	Exemplar	1.000	20,00	20.000,00
Subtotal				20.000,00

11. PLANO DE APLICAÇÃO

NATUREZA DA DESPESA			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
		PTA ORIGINAL	PTA ALTERADO*
33.90.18	Bolsas de extensão	43.200,00	81.800,00
33.90.36	Pessoa física	280.800,00	266.511,16
33.91.47	Encargos	56.160,00	53.302,23
33.90.14	Diárias	44.800,00	26.432,00
33.90.33	Passagens	11.000,00	7.947,50
33.90.30	Material de consumo	6.937,40	6.904,51
33.90.39	Pessoa jurídica	20.000,00	20.000,00
Subtotal		462.897,40	462.897,40
Ressarcimento institucional Conforme Lei 8958/2004 e Resolução Consuni/UFT 11/2008 A UFT vai oferecer uma sala climatizada para a gestão do curso, mobiliário, 2 computadores conectados a internet, linha telefônica, laboratórios de informática para capacitação e encontros presenciais, credenciamento do curso e certificação dos cursistas, sala para reunião semanal e malote para distribuição de documentos.		25.128,87	
Despesa administrativa (Portaria Interministerial 342/2008) Anexo a planilha com os gastos discriminados conforme informação da FAPTO		24.010,24	
Total Geral (R\$)		512.036,51	

12. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para custear as despesas descritas neste Projeto Básico correrão à conta da ação **8680** – Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Sistemas de Ensino, Programa de Trabalho 12.128.1448.8680.0001 (PTRES 021034), PI – PFB11B57FPN, a serem transferidos conforme elementos de despesas detalhados no item 11.

13. MONITORAMENTO

Em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 6.170/07 e com o art. 51 da Portaria Interministerial nº 127/08, a função gerencial fiscalizadora será exercida pelo MEC. Assim, o monitoramento da implementação das ações do Programa Nacional Escola de Gestores será realizado pela Coordenação Geral de Sistemas CGS/DFIGE/SEB/MEC integrada ao ambiente de acompanhamento e avaliação do Grupo de Trabalho de Monitoramento Nacional, por meio de relatórios parciais e final de execução enviados pela Universidade, bem como de visitas técnicas *in loco*.

Palmas, 26 de Outubro de 2009

REITOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS



FUNDAÇÃO DE APOIO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO TOCANTINS

Despesas Administrativas da FAPTO

1-MÃO-DE-OBRA	QUANT.	MESES	HORAS TRABALHADAS	VALOR UNIT. HORA	VALOR TOTAL
<i>Diretoria Adm. e Financeira</i>					
Funcionário 1	1	18	5	R\$ 28,41	R\$ 2.556,90
Funcionário 2	1	18	4	R\$ 5,50	R\$ 396,00
<i>Gerência de apoio a convênios</i>					
Funcionário 1	1	18	8	R\$ 27,04	R\$ 3.893,76
Funcionário 2	1	18	8	R\$ 13,03	R\$ 1.876,32
<i>Setor de compras/licitação</i>					
Funcionário 1	1	18	5	R\$ 26,28	R\$ 2.365,20
Funcionário 2	1	18	5	R\$ 10,19	R\$ 917,10
Funcionário 3	1	18	4	R\$ 12,82	R\$ 923,04
<i>Setor de Recursos Humanos</i>					
Funcionário 1	1	18	7	R\$ 14,54	R\$ 1.832,04
Funcionária 2	1	18	6	R\$ 13,03	R\$ 1.407,24
<i>Setor de contabilidade e finanças</i>					
Funcionário 1	1	18	7	R\$ 14,54	R\$ 1.832,04
Funcionário 2	1	18	7	R\$ 17,94	R\$ 2.260,44
Funcionário 3	1	18	4	R\$ 5,83	R\$ 419,76
Outras despesas com mão-de-obra					
Assessoria jurídica	1	18	0,5	R\$ 12,50	R\$ 112,50
Auditoria externa	1	18	0,5	R\$ 13,00	R\$ 6,50

Total geral despesas com mão-de-obra	R\$ 20.798,84
---	----------------------

2-DESPESAS OPERACIONAIS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
<i>Material de expediente</i>				
Papel A4, resma	UM	5	R\$ 13,50	R\$ 67,50
Toner	UM	1	R\$ 90,00	R\$ 90,00
Pasta suspensa	UM	8	R\$ 0,95	R\$ 7,60
Pasta AZ lombo largo	UM	4	R\$ 3,95	R\$ 15,80

Pasta AZ lombo estreito	UM	4		R\$ 3,50	R\$ 14,00
Caixa p/ arquivo	UM	4		R\$ 2,90	R\$ 11,60
Outros materiais	UN	1		R\$ 2,18	R\$ 2,18

Material de limpeza	UN	1		R\$ 138,00	R\$ 138,00
Manutenção de software	UN	1		R\$ 223,00	R\$ 223,00
Despesas com aluguel	UN	1		R\$ 321,00	R\$ 321,00
Despesas com água	UN	1		R\$ 51,00	R\$ 51,00
Despesas com energia	UN	1		R\$ 218,52	R\$ 218,52
Manutenção de computadores	UN	1		R\$ 226,00	R\$ 226,00
Despesas com combustível	UN	1		R\$ 129,00	R\$ 129,00
Manutenção de veículo	UN	1		R\$ 185,00	R\$ 185,00
Despesas com telefone	UN	1		R\$ 225,00	R\$ 225,00
Despesas com vigilância	UN	1		R\$ 291,00	R\$ 291,00
Outras despesas	UN	1		R\$ 995,20	R\$ 995,20

Total geral despesas operacionais	R\$ 3.211,40
--	---------------------

TOTAL GERAL DESPESAS	R\$ 24.010,24
-----------------------------	----------------------

O valor total das despesas com pessoal da FAPTO envolvidos em ações do Projeto foram obtidas levando-se em consideração o custo total mensal de cada funcionário, aplicando a seguinte fórmula, duração do Projeto x horas trabalhadas no projeto x valor hora trabalhada durante um mês.